**CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MANUELA PAOLA BATISTA BARBOSA

**OS FUNDAMENTOS DA DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA E A
OPORTUNIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO DEFINITIVA E TOTAL DOS PAÍSES
DA AMÉRICA LATINA**

**CURITIBA
2021**

MANUELA PAOLA BATISTA BARBOSA

**OS FUNDAMENTOS DA DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA E A
OPORTUNIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO DEFINITIVA E TOTAL DOS PAÍSES
DA AMÉRICA LATINA**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pelo Centro
Universitário Curitiba.**

Orientador: Carlos Magno E. Vasconcellos

**CURITIBA
2021**

MANUELA PAOLA BATISTA BARBOSA

**OS FUNDAMENTOS DA DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA E A
OPORTUNIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO DEFINITIVA E TOTAL DOS PAÍSES
DA AMÉRICA LATINA**

**Monografia aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba, pela
Banca Examinadora formada pelos professores:**

Orientador: _____

Prof. Membro da Banca

Curitiba, 18 de novembro de 2021

A meus pais, Rosane e Paulo, minha força e meu apoio eternos.

Elisa, Giorgia, Mariana e Vinícius: eu nada seria sem as nossas risadas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos Magno, minha eterna gratidão por aceitar esse desafio de escrever sobre um tema tão sensível e tão atual. Por ser sempre compreensível e participativo e me guiar durante todo esse trabalho.

A minha família, por sempre acreditar em mim.

Aos meus amigos, pelas palavras sempre gentis de confiança.

“A América Latina não quer, nem tem qualquer razão para querer ser massa de manobra,
sem vontade própria.” (GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo desmembrar os fundamentos da dependência latino-americana em relação aos países desenvolvidos, condição que se iniciou com a colonização e perdura até os dias de hoje, além de demonstrar que essa dependência se acentuou com a mudança de ator hegemônico do Reino Unido para os Estados Unidos da América, utilizando autores da Teoria da Dependência. Ainda, será feita uma abordagem da independência formal dos países latino-americanos e como esse fato não resultou na total independência desses Estados. Além disso, será feita uma análise de todos os tipos de dependência (financeira, cultural, social, política e tecnológica), para demonstrar a complexidade dessa condição, além da dificuldade em romper com esse vínculo de subordinação. Por fim, este trabalho abordará o fenômeno da globalização como catalisador da crise estrutural do capitalismo, evidenciado, no Brasil, pelos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e o fato de que apenas a completa independência da América Latina dará chances para um desenvolvimento da região.

Palavras-chave: América Latina; dependência; subdesenvolvimento; capitalismo; independência formal.

RESUMEN

Ese trabajo tiene como objetivo comprender las razones de la dependencia latinoamericana de los países desarrollados, situación que ha empezado con la colonización y sigue hasta la actualidad, además de enseñar que esta dependencia ha aumentado con el cambio del actor hegemónico del Reino Unido a los Estados Unidos, utilizando autores de la teoría de la dependencia. Aparte de eso, se hará un análisis a la independencia formal de los países latinoamericanos y cómo este hecho no ha resultado en la efectiva independencia de estos Estados. También, se realizará una investigación de todos los tipos de dependencia (económica, cultural, social, política y tecnológica) para evidenciar la complejidad de esta condición, igualmente de la dificultad para romper esta relación de subordinación. Por fin, esta tesis tratará del fenómeno de la globalización como catalizador de la crisis estructural del capitalismo, evidente en Brasil durante los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff y el hecho que la independencia de América Latina solo se dará con oportunidades para el desarrollo en la región.

Palabras clave: America Latina; dependencia; subdesarrollo; capitalismo; independencia formal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA EM RELAÇÃO AOS CENTROS HEGEMÔNICOS DO CAPITALISMO MUNDIAL	12
2.1 A COLONIZAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DA DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL LATINOAMERICANA.....	13
2.2 A 'INDEPENDÊNCIA FORMAL' E A REPRODUÇÃO DA 'DEPENDÊNCIA DE FATO' DOS PAÍSES LATINOAMERICANOS NO SÉCULO XIX.....	17
2.3 O NOVO CICLO DA DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA DURANTE O PERÍODO DA HEGEMONIA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	22
3 UMA DEPENDÊNCIA MULTIFACETADA: ECONÔMICO-FINANCEIRA, TECNOLÓGICA, SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL	26
3.1 A FACE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA DEPENDÊNCIA.....	26
3.2 A FACE TECNOLÓGICA DA DEPENDÊNCIA.....	30
3.3 A FACE SOCIAL E POLÍTICA DA DEPENDÊNCIA	33
3.4 A FACE CULTURAL DA DEPENDÊNCIA.....	39
4 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E A OPORTUNIDADE INUSITADA PARA A EMANCIPAÇÃO DOS PAÍSES LATINOAMERICANOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA RECENTE DO BRASIL	42
4.1 O (SUB)DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA GLOBALIZAÇÃO E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX	42
4.2 A DEPENDÊNCIA SE ESVAECE EM UM CAPITALISMO AGONIZANTE	47
4.2.1 O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002).....	48
4.2.2 O GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010).....	50
4.2.3 O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016).....	54
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A dependência latinoamericana em relação aos países desenvolvidos acontece - ainda hoje - desde a colonização da região. O continente está acostumado, desde a invasão, a estar sempre sob o jugo ou dos Estados Unidos ou da Europa, ou seja, os países Norte. Essa condição trouxe inúmeros prejuízos que perduram até os dias de hoje, assim como a dependência.

O presente trabalho possui plena consciência de que América Latina é formada por países muito diferentes, com contextos, populações, história e memórias que não podem se comparar entre si. No entanto, a dependência que será abordada neste texto é referente àquela que todos os países latino-americanos sofreram e sofrem até o presente; àquela que data da colonização do continente, que separou e definiu fronteiras sem considerar o povo que aqui habitava.

Utilizando autores clássicos da Teoria da Dependência, como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Vânia Bambirra, este trabalho tem o objetivo principal de explicar os fundamentos da dependência latinoamericana em relação aos países Norte, demonstrando que essa condição perdura até os tempos atuais.

O trabalho está dividido em três partes principais. A primeira apresenta o significado do conceito de dependência, além de explicar as origens dessa condição. Dentro deste mesmo capítulo, será discutida a independência formal dos países latino-americanos e porque ela não acabou com a dependência de fato. Para finalizar o primeiro capítulo, será explorada os conflitos que aconteceram no fim do século XIX e a transição da hegemonia europeia para a norte-americana após a Segunda Guerra Mundial e como isso alterou a dinâmica das dependências, apesar de não erradicá-la.

Em seguida, o segundo capítulo explora as diversas faces da dependência - econômica, política, social e cultural, utilizando principalmente a obra de Florestan Fernandes, *Capitalismo Dependente e as Classes Sociais na América Latina*. A complexa dependência que assombra a América Latina não é apenas econômica. Inclusive, é por conta dessa dependência que surgem as outras. Ao impor-se financeiramente dentro de um país, tem-se mais facilidade de estabelecer de outros tipos de subordinação, como a cultural e política, que automaticamente implica na social.

O terceiro e último capítulo tem o objetivo de abordar a crise do capitalismo, utilizando a globalização para explicar o motivo da ruína desse modelo econômico, explicando que esse fenômeno, apesar prometer uma integração mundial de culturas, mercados e pessoas de uma maneira positiva, ele apenas condicionou os países subdesenvolvidos a continuar nessa condição, enquanto os países centrais se beneficiaram. Ainda assim, a crise do capitalismo não atingiu apenas os países periféricos: os Estados mais desenvolvidos já começam a sentir o peso negativo do capital.

Além disso, neste último capítulo será abordado três governos brasileiros: o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); governo Lula (2002-2010); e governo Dilma (2010-2016) para explicar que a única saída para o desenvolvimento dos países latinoamericanos é a completa libertação da dependência que temos com os países Norte. Esse capítulo utilizará dados numéricos para demonstrar esses objetivos.

Essa monografia, portanto, pretende ampliar a ótica em torno da submissão da América Latina em relação aos países desenvolvidos, explorando o argumento de que a independência formal não significou o fim dessas amarras coloniais.

2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA LATINOAMERICANA EM RELAÇÃO AOS CENTROS HEGEMÔNICOS DO CAPITALISMO MUNDIAL

A América Latina é plural. Em sua pluralidade, encontram-se semelhanças: na história, na latinidade, na musicalidade, na miscigenação racial, na religiosidade, e na dependência estrutural.

A dependência estrutural latino-americana em relação aos países capitalistas desenvolvidos do hemisfério Norte - primeiro, a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos - sempre foi um fator determinante na prosperidade desses países mais desenvolvidos. Por outro lado, a dependência estrutural da América Latina deu a essa região do mundo uma peculiaridade que Eduardo Galeano (2010, p.43) traduziu nos seguintes termos: "Agora, para o mundo, América é tão só os Estados Unidos, e nós quando muito habitamos uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identidade." Os muitos anos de dominação colonial e desmembramento do continente fizeram com que a identidade dos povos latinoamericanos se tornasse algo indefinido. Não se pode dizer que há um tipo de latinoamericano: há tantos países nessa região, tantas combinações étnicas, que seria impossível juntar todos na mesma categoria.

No entanto, a colonização por parte dos países desenvolvidos é o denominador comum entre os países latino-americanos. Mesmo que mais de um país tenha invadido o continente, seus objetivos eram os mesmos: tomar uma porção de terra que não era sua e impor seu modo de vida - econômico, político e social - aos habitantes do continente, visando seu próprio enriquecimento.

No presente capítulo, a partir de uma abordagem cronológica, busca-se explicar, em linhas gerais, como se deu a invasão e posterior colonização dos países da região, bem como os fundamentos da dependência estrutural dos países latinoamericanos em relação aos países da Europa ocidental, para então esclarecer porque essa dependência estrutural não desapareceu com as independências nacionais formais que ocorreram por todo o continente no século XIX. Por fim, tentar-se-á explicar as transformações dessa dependência estrutural no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando se operou a transferência da hegemonia econômica mundial da Europa ocidental para os Estados Unidos.

2.1 A colonização e os fundamentos da dependência estrutural latinoamericana

Desde o início da colonização, os povos que habitavam as Américas foram extremamente prejudicados em suas relações com os colonizadores. No século XVI, quando o domínio da região foi se consolidando, não existiam leis, em parte nenhuma do mundo, que impediam os colonizadores de se apropriarem as terras e submetessem seus habitantes a regimes de trabalho escravo. A Europa vivia um tempo de grande florescimento comercial, cujo resultado mais visível era o enriquecimento da população, com destaque para os comerciantes, e o aumento do poder das monarquias. A expansão desse estado de coisas dependia, portanto, da sustentação de uma atividade comercial lucrativa. Esse parece ter sido o espírito da expansão comercial europeia no final do século XV: **alargar, por conquista, novos mercados com os quais pudessem estabelecer relações comerciais lucrativas.**

Não cabe nos propósitos desse capítulo explicar as diversas formas assumidas pela colonização europeia sobre os povos americanos, mas é importante mencionar aqui que, ao chegar às Américas, os europeus não se depararam com comunidades semelhantes às que haviam encontrado na Ásia e na África. Aqui, nas Américas, havia rala densidade demográfica e os povos viviam isoladamente, sem estruturas políticas muito sofisticadas. Também não possuíam sistemas econômicos organizados e integrados, nem tampouco um sistema de comércio regular. Porém, vários dos povos das Américas já exploravam, produziam e manipulavam metais preciosos. Ora, tudo o que os comerciantes europeus tinham em vista em suas expedições exploratórias era alargar o comércio para se enriquecerem em ouro. Ao chegar às Américas, eles perceberam que podiam se enriquecer sem precisar comercializar. Tendo em vista a debilidade econômica relativa dos povos americanos, os europeus se lançaram diretamente sobre os povos locais e roubaram-lhes o que lhes pertenciam. Conforme expôs Gunder Frank (1980, p.35):

a superioridade tecnológica dos europeus dos século XVI, combinada com suas perspectivas aventureiras, seria suficiente para explicar porque asseguraram um domínio imediato. Mas a prolongada subserviência aos mercados da Europa na qual as economias coloniais eram mantidas foi o resultado não apenas de condições econômicas mas também do poder militar

exercido pelas raças brancas no momento de impacto e durante o período de consolidação.

A partir do século XVI, os europeus foram estabelecendo estruturas mais rígidas para a colonização das Américas, inclusive relações de classes e de poder, ao mesmo tempo que diversificavam o mecanismo de exploração econômica da região: ao lado do saque puro e simples, foi organizado um sistema de exploração das riquezas naturais da região baseado no trabalho escravo. Este último era realizado, geralmente, pelos povos autóctones ou pelos africanos transportados para as Américas por grandes empresas comerciais europeias. Importante dizer que a exploração econômica dos povos americanos estava completamente balizada para produção de mercadorias, ou seja, produtos primários (víveres e matérias-primas) que pudessem ser vendidos nos mercados europeus. Marini (2005, p. 40) explicou:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas.

Para os propósitos desse subcapítulo é preciso atentar ao fato de que os povos americanos, e em especial os povos latinoamericanos (que são o objeto de estudo desse trabalho), não foram apenas dominados e colonizados, mas foram também submetidos a uma lógica econômica que os tornava dependentes das necessidades europeias. Por isso, Galeano (2010, p. 51) observou: “A estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada no setor exportador, que concentrava a renda e o poder”. Esse entendimento sobre a dinâmica relacional entre Europa e América Latina é fundamental para explicar o conceito de dependência estrutural com o qual se trabalho

nesta monografia. E para um melhor entendimento deste conceito, vale recuperar a definição que a ele foi dada por SANTOS (1970 *apud* BAMBIRRA, 2012. p.38)

a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma *situação condicionante*. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. [...]

Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...]

b) Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

A Europa do século XV era uma região onde floresciam as atividades mercantis, artesanais e financeiras, mas ainda guardava as estruturas arcaicas do feudalismo medieval. Porém, a Europa dos séculos XVI em diante, pelo menos em sua parte ocidental, era uma região onde se desenvolvia o modo de produção capitalista. Enquanto o trabalho servil ia sendo paulatinamente extinto, expandia-se o regime de trabalho assalariado e, com ele, a densidade demográfica das cidades. As manufaturas suplantaram as oficinas artesanais e, em razão da maior produtividade do trabalho em seu interior, tornaram-se capazes de aumentar significativamente a produção. O contexto histórico mostrava: produção manufatureira em plena expansão, densidade demográfica urbana em elevação. Foi esse contexto que orientou o sentido geral da ocupação e colonização da América Latina: produção para abastecer os mercados europeus em matérias-primas e víveres, e mercado para servir de escoadouro para uma parcela dos manufaturados europeus.

O capitalismo é fruto da expansão comercial. Mas, além disso, o capitalismo é um sistema econômico essencialmente comercial. Tudo o que é produzido no capitalismo, tem por objetivo a venda, o comércio. E as vendas pressupõem a divisão do trabalho, para que os produtores especializados possam trocar os produtos de seus trabalhos. Se todos produzirem as mesmas coisas, não haverá trocas, comércio. Ao condicionar as economias latinoamericanas à produção de víveres e matérias-primas, para abastecer as economias europeias produtoras de manufaturados, a colonização estava simultaneamente estruturando o capitalismo em um plano internacional, através da divisão internacional do trabalho (DIT).

A descoberta da América, a circunavegação da África criaram um novo terreno para a burguesia ascendente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria um impulso jamais conhecido; e, com isso, imprimiram um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desagregação. (MARX, 1998, p. 2)

A DIT que foi construída no mundo sob a liderança dos países da Europa ocidental, criaram vínculos econômicos entre todas as regiões do planeta. Mais do que vínculos econômicos eram também vínculos de dependência e subordinação, que tinham a Europa ocidental como epicentro; as economias da Ásia, do Oriente Médio, da África, da América Latina e até da Europa oriental (colonizadas ou não) funcionavam para atender às necessidades das economias da Europa ocidental¹. Eram, assim, as economias do oeste europeu que funcionavam como motor do capitalismo internacional. Isso quer dizer que os investimentos e a expansão das atividades econômicas, por exemplo, na América Latina, dependiam dos investimentos e expansão das economias européias. A esse processo de investimentos que se renova continuamente ao longo do tempo e garante a expansão do capitalismo, Marx chamou de *acumulação de capital*. (MELLO, 2000) Dessa perspectiva, é possível afirmar que a acumulação de capital nas economias da América Latina dependia da acumulação de capital nas economias da Europa ocidental.

Nesse processo que se estabeleceu a dependência das economias latinoamericanas à Europa ocidental através da DIT, havia algo que ainda precisa ser esclarecido e que é de suma importância para os propósitos dessa pesquisa. A DIT não determinava apenas que alguns países se especializariam na produção de algumas mercadorias, enquanto outros se especializariam na produção de outras mercadorias. Ela determinava que as economias européias ocidentais produziram manufaturados, enquanto a América Latina produziria víveres e matérias-primas. Isso fazia toda a diferença e agravava a situação de dependência dos países latinoamericanos, porque estabelecia que as economias européias produziram mercadorias de maior valor que aquelas produzidas pelas economias

¹ No caso específico da América Latina, as economias locais pouco se relacionavam economicamente. O Brasil se reproduzia em uma bolha criada pela metrópole portuguesa, enquanto as colônias ibéricas tinham suas vidas monopolizadas pela monarquia espanhola. (Wasserman, 2011)

latinoamericanas simplesmente porque o valor (em mercadorias) produzido nas economias latinoamericanas seriam agregados ao valor (em mercadorias) produzido nas economias européias. Evidentemente, as relações de trocas que se estabeleceram entre a Europa e a América Latina eram francamente desfavoráveis aos últimos, tendo em vista que o comércio é baseado no valor das mercadorias. Por isso, as economias latinoamericanas tinham que enviar enormes quantidades de víveres e matérias-primas para a Europa em troca de quantidades relativamente reduzidas de manufaturas europeias. Essa era a base do que Marini chamou de “o segredo da troca desigual”. (MARINI, 2005; BAMBIRRA, 2012) E por trás do segredo da troca desigual escondia-se dois outros segredos: 1º) o segredo da transferência líquida de riqueza da América Latina para a Europa; 2º) o segredo da extraordinária prosperidade econômica e social europeia.²

2.2 A ‘independência formal’ e a reprodução da ‘dependência de fato’ dos países latinoamericanos no século XIX

A primeira metade do século XIX foi o tempo histórico das independências políticas dos países latinoamericanos, a começar pela do Haiti em 1804, passando pela da Argentina em 1816, da Colômbia em 1819, do México em 1821, do Brasil em 1822, e tantas outras em um processo de libertação nacional que se estendeu até 1850, à exceção de Cuba, que só alcançou sua independência política em 1898.

Há três circunstâncias especiais que merecem ser apontadas no tocante as independências dos países latinoamericanos: primeiro, quanto ao entorno internacional, elas foram contemporâneas da expansão do capitalismo industrial que se consolidava na Europa ocidental e da acelerada expansão econômica capitalista manufatureira que se operava nos Estados Unidos desde sua independência; segundo, no plano interno, é preciso reconhecer que os movimentos independentistas latinoamericanos estiveram muito mais vinculados à decadência do colonialismo e dos impérios ibéricos (Espanha e Portugal), do que à ascensão de forças sociais endógenas à América Latina. Enquanto nos Estados Unidos da América do Norte

² “É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.” (GALEANO, 2010, p. 18)

(EUA) a luta pela independência foi liderada por uma burguesia em ascensão, nos países da América Latina a independência foi, em geral, obra de elites oligárquicas completamente vinculadas à economia rural. Não existe nisso, nenhuma surpresa, pois, como visto no subcapítulo precedente, até o início do século XIX as economias latinoamericanas eram basicamente produtoras de víveres e matérias-primas. Sendo assim, é importante ter em mente que, apesar da ruptura com o colonialismo europeu, as elites latinoamericanas que lideraram as independências dos países da região não tinham ímpeto revolucionário, como havia acontecido nos EUA (DONGHI, 1982); e, terceiro, correlacionado à circunstância anterior, é preciso entender que as estruturas econômicas e sociais latinoamericanas eram muito rudimentares (é preciso lembrar, também, que muitos países latinoamericanos tinham passado por destruições resultantes das guerras de independência - ao contrário do Brasil, que não precisou de uma guerra para se livrar de Portugal, inúmeras foram as colônias ibéricas que precisaram travar guerra contra a Espanha para conquistar suas independências). Sobre essa questão, Cardoso e Brignoli (1983, p. 163-164) relataram a situação do México, após a independência:

Tudo isso se dá em um marco estrutural de extremo atraso: fragmentação do país em múltiplas economias regionais pouco significativas e não integradas entre si; inexistência de uma verdadeira rede de comunicações (o transporte terrestre se fazia à base de carros de boi e mulas por caminhos apenas transitáveis; uma cabotagem de redistribuição ligada a áreas de influência de uns poucos portos importadores reforçava a fragmentação); sistema financeiro arcaico, baseado na usura e na agiotagem, praticadas por comerciantes e pela Igreja; essa última continuava sendo rica e concentrando muitos bens imóveis, ainda que se poder econômico tenha diminuído em relação à época colonial; o grande comércio situado quase todo sob o controle de estrangeiros residentes. E num marco conjuntural trágico: devastações e repercussões financeiras das lutas contínuas; fracasso dos projetos de revitalização da mineração com capitais estrangeiros (1825-1830); balança comercial e balanço de pagamentos deficitários, com perda maciça de meio circulante metálico; competição dos manufaturados ingleses e norte-americanos (ingressados no México com frequência por contrabando) com a produção das manufaturas e oficinas locais, pujantes durante o ciclo conjuntural precedente; revoltas indígenas e banditismo como fenômenos conjunturais quase permanentes, refletindo um fato estrutural: a falta de controle do governo sobre as zonas rurais; intervenções estrangeiras desastrosas nos negócios do país, culminando na guerra de 1845-1848 com os Estados Unidos, de tão pesadas consequências.

Esse relato conciso do que acontecia no México após a independência, com variações para mais ou para menos, pode ser estendido para os demais países latinoamericanos. Inclusive, e principalmente, a importante questão do regime de

comércio internacional que tomou conta dos países da região no período imediatamente posterior às suas independências. Como explicou Donghi (1982, p. 129):

As novas funções da América Latina na economia mundial são facilitadas pela adoção da política de livre-câmbio, que agora se afirma por toda parte. Essa política tinha uma auréola de prestígio excepcional, já que garantia aos países metropolitanos... um maravilhoso instrumento ideológico de penetração econômica nessas últimas, e também porque desenvolvia uma obra de reconciliação geral no âmbito do regime capitalista; o livre-câmbio é a fé comum dos dirigentes políticos e das camadas superiores, uma fé à qual, todavia, e na defesa de interesses bem concretos, eles conseguem impor limitações que desconcertam todos os que os consideram vítimas do fascínio puramente intelectual de certas doutrina. A política de livre-câmbio acelera, de qualquer modo, o processo iniciado na América Latina; e esse é o motivo, de certo, da sua popularidade intensificada ainda mais pelos novos hábitos de consumo de extratos urbanos em expansão, que fazem com que massas cada vez mais extensas da população passem a depender das importações.³

É preciso lembrar que, na primeira metade do século XIX, a doutrina do livre-comércio internacional, formulada pelos britânicos Adam Smith e David Ricardo, era dominante nos países coloniais. E era dominante, principalmente, porque formulada e dissimulada pelo Império britânico, a maior potência mundial da época. Além disso, o livre-comércio era perfeitamente adequado para as elites econômicas latinoamericanas. Como representantes de economias primário-exportadoras, nada lhes parecia mais natural do que manterem os mercados nacionais abertos e livres para a importação de mercadorias industrializadas que vinham da Inglaterra. Quanto mais livres e desembaraçados de tarifas estivessem os mercados, menores os preços dos bens de consumo europeus.

Isso significa que, mesmo após a independência, os países latinoamericanos não romperam os vínculos de dependência econômica em relação às metrópoles européias. As independências dos países latinoamericanos ganharam, assim, contornos meramente políticos: as elites econômicas locais se contentaram com autonomia administrativa, não tinham capacidade para reivindicar emancipação econômica:

³ Sobre esse assunto vale conferir também Frank Safford: Política, Ideologia e Sociedade na América Espanhola do pós-independência in Leslie Bethell: História da América Latina – da independência a 1870. São Paulo: Editora da USP, 2014.

A aspiração da Liberdade no momento da independência fica restrita à autonomia da colônia para seu desenvolvimento quando o interesse regional se contrapõe ao estrangeiro, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo nas colônias coloca a questão da autonomia e não necessariamente a independência. Continua no poder o mesmo grupo social restrito, já dominante durante a colônia, o que reduziu a independência dessa área a mero desligamento da administração metropolitana. (PIRES, 2013, p. 68)

Diante dessa dinâmica, em que a independência dos países latinoamericanos assumia uma **característica tão superficial e tão formal**, Donghi (1982, p. 128) sugeriu que um novo pacto colonial informal se consolidava na América Latina, em pleno século XIX:

Esse novo pacto transforma a América Latina em produtora de matérias-primas para os centros da nova economia industrial e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos; além disso, atribui ao continente a função de consumidores de produtos industriais daquelas zonas, o que traz consigo uma transformação, vinculada parcialmente com a estrutura produtiva metropolitana. Os artigos dominantes não são mais os de outrora (produtos têxteis, seguidos de artigos domésticos); os investimentos asseguram uma entrada variável de bens de capital produzidos pela renovada indústria metalúrgica e um ingresso mais constante de combustíveis (o carvão triunfa com a modernização, e o conseqüente abandono das fontes locais de luz e calor confirmará o seu domínio absoluto com o desenvolvimento da rede ferroviária), de peças de reposição e de outros produtos industriais. A evolução da composição do comércio importador, é lenta, e amadurecerá somente nos períodos subseqüentes.

Apesar da independência formal, as **opções políticas das elites latinoamericanas determinaram que os países do continente permanecessem economicamente dependentes dos países industriais do hemisfério norte**. Um sintoma da natureza conservadora das independências latinoamericanas foi a **sobrevivência do regime de trabalho escravo na região**. No México, a abolição da escravatura veio ainda em 1829, mas na Colômbia, no Equador, no Peru e na Venezuela, por exemplo, a abolição só chegou na década de 1850, enquanto no Brasil a escravidão durou até 1888. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983) Mas a **abolição da escravatura, quando chegou, promoveu a modernização do modo de produção caracteristicamente capitalista na região**, a partir da maior **mercantilização da força de trabalho**. Para Bambirra (2013, p. 65), o que impulsionava a **modernização das relações capitalistas de produção nos países latinoamericanos eram as transformações que aconteciam nas economias capitalistas industriais** e nas **oportunidades que tais transformações ofereciam aos países dependentes**. Ainda de acordo com Bambirra (2013, p. 69): "As formas de

dependência mudam em função de sua readaptação às transformações ocorridas nas metrópoles, porém de forma alguma esses tipos de transformação fazem variar o caráter dependente do sistema interno de dominação."

Duas outras características do desenvolvimento econômico latinoamericano precisam ser aqui mencionadas. De um lado, o excessivo **endividamento externo junto às metrópoles europeias**, para o **financiamento do consumo das classes dominantes**, baseado nas importações, e para o **financiamento os investimentos públicos e/ou privados**. De outro lado, a **franquia dos recursos naturais e humanos locais aos investimentos de empresas estrangeiras**. A **debilidade financeira das elites econômicas latinoamericanas e a covardia em assumir** a liderança de um programa econômico revolucionário as conduziu diretamente para os braços de financistas e investidores estrangeiros.

Capitais estrangeiros **passaram a financiar as economias latinoamericanas**. No tocante **aos investimentos diretos na produção**, os **segmentos mais cobiçados pelas empresas estrangeiras eram a exploração de recursos naturais e a construção de ferrovias**. Mas os objetivos eram **exclusivamente atender os interesses das potências industriais**: a produção **mineral**, por exemplo, era **direcionada para abastecer as fábricas dos países industriais**, enquanto as ferrovias eram para **tornar mais eficiente, e conseqüentemente mais baratos os custos do transporte da produção mineral** até os portos de onde a mercadoria era exportada. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983; DONGHI, 1982; LUCE, 2018)

Claro está que os **investimentos estrangeiros geravam empregos, pagavam salários aos trabalhadores e impostos ao Estado**. Esse processo permitia o **crescimento do mercado consumidor interno**, dava mais **intensidade ao comércio**, e oferecia **oportunidades para o crescimento de uma classe empresarial local, vinculada à produção de manufaturados**. Assim, os **mercados internos dos países dependentes da América Latina foram capazes de gerar um dinamismo próprio e singular, mesmo funcionando segundo as leis do capitalismo dependente**.

As **economias latinoamericanas cresciam quantitativamente mas eram assombradas por uma extraordinária vulnerabilidade financeira**. As importações de produtos industrializados de alto valor agregado, mais as remessas de lucros e dividendos pelas empresas estrangeiras, e o reembolso dos empréstimos e dos juros constituíam um peso extremamente elevado para ser suportado por países cuja única fonte de divisas autônoma eram as exportações de mercadorias de baixo valor

agregado: “Na realidade, o problema do endividamento resolve-se a seu modo, isto é, contraindo-se novos empréstimos no exterior a fim de pagar os juros dos velhos débitos...”. (DONGHI, 1982, p. 127) Isso acontecia até que a elevação dos compromissos financeiros externos se fazia sentir na desvalorização das moedas nacionais e em ciclos inflacionários regulares, que obrigavam os governos da região à elevar os impostos sobre as importações com a finalidade de reforçar os cofres públicos. Nesses momentos, a dependência financeira abria novos espaços para a expansão das manufaturas locais, graças à proteção tarifária. Esse foi o contexto que abriu espaço para o avanço da industrialização em alguns países latinoamericanos. E a industrialização passou, nas últimas décadas do século XIX, a se tornar, então, um novo fator de propulsão do desenvolvimento econômico em algumas regiões da América Latina. Desse modo, como bem expôs Bamberger (2012, p. 78), o desenvolvimento do capitalismo na América Latina

passa de uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora, até finalmente chegar a uma formação socioeconômica dependente capitalista-industrial. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente (Ibid, p. 78).

2.3 O novo ciclo da dependência latinoamericana durante o período da hegemonia internacional dos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial trouxe os Estados Unidos para o centro do mundo, em detrimento de uma Europa que ficou desgastada econômica, social e territorialmente. O país em ascensão tirou o grande pedestal do antigo continente quando lançou o Plano Marshall para ajudar a Europa a se recuperar das feridas da guerra.

Anteriormente, era a Grã-Bretanha que pensava controlar o mundo, sendo dona de muitas colônias na África e nas regiões da América e berço da Revolução Industrial. Através da colonização e exportação a potência europeia foi capaz de enriquecer de forma impressionante, o que possibilitou a acumulação de capital pela Grã-Bretanha. Como escreve a Gunder Frank, (1980, p. 51), "o caso da Grã-Bretanha é o protótipo clássico de uma revolução industrial baseada no comércio exterior." A

revolução e consequente inovação tecnológica que beneficiaram a potência não pode ser estudada separadamente do processo de acumulação de capital e expansão de mercado. Isso significa dizer que o crescimento dessa metrópole, assim como das outras, aconteceu pelos ganhos - seja em produto ou capital - que a Grã-Bretanha acumulou a partir de suas colônias. De acordo com Mandel (1970, p. 443-445 *apud* Gunder Frank, 1980, p. 100), a contribuição que o capital roubado das colônias provocou foi decisiva para a acumulação de capital que criou condições para o surgimento da revolução industrial.

No entanto, o início do século XX o acirramento da competição internacional entre as grandes economias industriais desencadeou conflitos bélicos que devastaram diversas regiões do mundo, inclusive a Europa ocidental industrializada. Nessas condições, surgiu uma oportunidade inusitada para que os Estados Unidos assumissem a liderança política e econômica do mundo capitalista. Distanciado territorialmente dos grandes conflitos bélicos da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos chegaram em 1945 como a maior potência econômica do mundo e, conseqüentemente, o único país qualificado para promover a reconstrução das economias devastadas pela guerra. (BEAUD, 1999; PERRY, 1999). Como observou Coggiola (2015, p. 178)

No final da guerra, os EUA foram vítimas de uma miragem-ilusão, pois detinham a maioria dos investimentos externos mundiais, da produção manufaturada e das exportações; eles produziam a metade do carvão mundial, 2/3 do petróleo e mais da metade da eletricidade. E, sobretudo, detinham mais de 60% das reservas mundiais de ouro (com valor de US\$ 26 bilhões, para um total estimado em US\$ 40 bilhões) e a bomba atômica ("exclusividade" que foi quebrada pela URSS em 1948).

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham a maior economia do mundo, o mais poderoso exército do mundo, e suas empresas usufruíam das tecnologias desenvolvidas pela indústria bélica. Foi o que levou Bambirra (1980, p. 122) a afirmar que a guerra havia concentrado conhecimentos tecnológicos e cientistas nos Estados Unidos colocando-os em um novo nível de produtividade, impossibilitando a competição com seus aliados capitalistas. Além disso, essa expansão estadunidense possui um forte caráter cultural, através da imposição de suas pautas ideológicas em diversos níveis.

Isso significa que o processo de expansão norteamericana se alastrou por praticamente todos os países capitalistas do mundo, inclusive – e principalmente – as

economias dependentes da América Latina. As relações econômicas que os Estados Unidos estabelecem desde então com a América Latina não se diferenciavam daquelas que os latinoamericanos tiveram com as metrópoles europeias ao longo do século XIX. Na condição de maior potência industrial do imediato pós-guerra, os anseios e necessidades do capitalismo norteamericano se assemelhavam aos das antigas potências europeias. Em 1959, o presidente do Conselho Internacional da Câmara de Comércio dos Estados Unidos afirmava:

Historicamente, uma das principais razões dos Estados Unidos para investir no exterior é o desenvolvimento de recursos naturais e, mais especialmente, petróleo. É perfeitamente óbvio que os incentivos desse tipo de investimento devem ser incrementados. Nossas necessidades de matérias-primas estão em constante crescimento na medida em que a população se expande e o nível de vida sobe. Ao mesmo tempo, nossos recursos domésticos se esgotam..." (COURTNEY, 1959 *apud* GALEANO, 2010, p. 182)

O imperialismo é o que vai caracterizar a entrada de capital nos países subdesenvolvidos com o objetivo não de auxiliar o desenvolvimento desses países mas de, novamente, enriquecer a potência industrial hegemônica.

Já possuindo o domínio das fontes de matérias-primas e do mercado, o imperialismo dirige sua atenção para o próximo nível: investimentos no setor manufaturado, setor mais dinâmico das economias dos países dominados. Por consequência, esse capital estrangeiro toma o controle dos novos setores industriais, além de integrar ainda mais os interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais (Bambirra, 20, p. 126).

Escrevendo em 1968 sobre as relações econômicas dos Estados Unidos com os países latinoamericanos dependentes, Romanova (1968, p. 3) explica:

O imperialismo americano é o principal explorador das nações latinoamericanas. A América Latina constitui um mercado de venda de artigos e uma esfera de inversão de capitais extraordinariamente sedutores para os monopólios estadunidenses. As riquíssimas fontes de matérias-primas e a mão-de-obra barata atraíram desde o começo o capital norteamericano. A América Latina ocupa um dos principais postos do mundo pela soma de inversões dos Estados Unidos. Uma extensa rede de empresas-filiais norteamericanas envolve os países da América Latina como teia de aranha. É difícil assinalar um ramo da economia latinoamericana em que não tenha penetrado o capital dos Estados Unidos... Os meios fundamentais de subjugação econômica dos países latinoamericanos são a exportação de capitais, o sistema de opressivos tratados econômico-comerciais, a política creditícia, etc. Precisamente com a ajuda dessa artilharia silenciosa, os monopólios dos Estados Unidos conseguiram apropriar-se das riquezas dos países latinoamericanos.

Gunder Frank (1980, p. 201) argumenta que "é instrutivo dedicarmos especial atenção à grande (e crescente) dependência econômica, política e ideológica das burguesias latino-americanas e dos seus Estados "independentes" em relação à metrópole." Isso porque, da mesma forma que aconteceu com a adoção do livre-comércio, as burguesias latino-americanas colaboraram fortemente com as potências dominadoras para que elas sequer precisassem forçar alguma política ou doutrina nos países dependentes. As reformas liberais foram introduzidas no continente dessa maneira: através dos interesses das burguesias locais em cooperar com as potências.

Portanto, aqui se inicia um novo ciclo da dependência latinoamericana em relação, dessa vez, aos EUA. Através das burguesias latinoamericanas, a potência norte-americana não teve impedimentos para influenciar diversos setores - econômicos, sociais e políticos. Bamberger (2013, p. 136) cita uma série de fatores que possibilitaram esse acontecimento, sendo um deles de natureza política, a partir da década de 1950, quando o nacionalismo das burguesias locais começou a ruir. Em decorrência disso, houve estímulos criados para o investimento estrangeiro; criação de facilidades para a remessa de lucros sob diversas formas; adoção de esquemas de políticas econômicas, através do Fundo Monetário Internacional; e, por fim, implementação de uma política social repressiva. Para concluir, Bamberger escreve que "Todos esses fatores conduziam a economia dos países dependentes a um terreno bastante propício para a ampla e desenfreada atuação do imperialismo."

A condição de dependência econômica estrutural dos países da América Latina é um dos pilares do capitalismo internacional; através da divisão internacional do trabalho os países capitalistas da Europa hierarquizaram o capitalismo internacional e submeteram a América Latina à condição de dependência estrutural. Os países capitalistas mais desenvolvidos têm plena consciência do papel da América Latina na sustentação da prosperidade econômica e social que ostentam. Simón Bolívar, conhecido como libertador da América, não errou ao proferir que "os Estados Unidos parecem destinados pela providência a infestar a América [Latina] de miséria em nome da liberdade".

3 UMA DEPENDÊNCIA MULTIFACETADA: ECONÔMICO-FINANCEIRA, TECNOLÓGICA, SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL

A economia de um país não pode ser analisada isoladamente de seu âmbito social, político, cultural e até mesmo tecnológico. Isso se aplica, em especial, à análise da dependência latino-americana em relação aos países desenvolvidos, uma vez que podemos considerar que a primeira dessas facetas a surgir foi a econômica. Em decorrência disso, e até ao mesmo tempo, a dependência social e cultural manifestou-se sem que os latino-americanos pudessem lutar contra isso. A dependência política e tecnológica também apareceu sem muitos obstáculos e não muito depois das primeiras.

A Teoria da Dependência se dispôs a esclarecer a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia (países subdesenvolvidos e em desenvolvimento), uma vez que esse capitalismo era responsável pela criação e expansão das diferenças políticas, econômicas e sociais entre países e, por isso, a economia de alguns Estados dependia do desenvolvimento de outros. (DUARTE, 2007).

Os subcapítulos seguintes têm o objetivo de fazer esse recorte no âmbito da dependência, fazendo uma abordagem econômica, tecnológica, social, política e cultural.

3.1 A face econômico-financeira da dependência

A Teoria Marxista da Dependência argumenta que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do processo universal do capitalismo. Por esse motivo, essa condição de subdesenvolvimento não deve ser considerada como um primeiro passo do processo evolutivo.

De acordo com Marini (2000), o termo a ser utilizado para descrever o modo de mercado na América Latina é o “pré-capitalismo”. Isso acontece porque, dentro do contexto e realidade da região, o capitalismo não se desenvolverá da mesma maneira como as economias capitalistas avançadas. Marini conclui, então, que o que existe na América Latina é um capitalismo *sui generis*, ou seja, só tem sentido quando analisado separadamente, e a níveis nacional e internacional.

Ainda de acordo com o autor, foi no século XVI, no nascer do capitalismo mundial, que a América Latina se desenvolveu. As colônias da região, produtoras de metais preciosos, foi responsável pelo fluxo de mercadorias e pela expansão dos

meios de pagamento. Além disso, esse desenvolvimento da região colaborou para o crescimento do capital comercial e bancário da Europa, abrindo o caminho para a criação da grande indústria.

Para abordar a questão do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e, por consequência, a sua dependência econômica, é preciso falar sobre mais-valia, mais especificamente da mais-valia relativa. Esse termo significa a transformação das condições técnicas de produção, para se produzir mais em menos tempo. No entanto, isso faz com o que a força de trabalho seja desvalorizada, já que uma maior produtividade cria mais produtos ao mesmo tempo, mas não cria mais valor, pois diminui o valor individual da mercadoria em relação ao valor da produção. Isso resulta em uma mais-valia extraordinária por ser superior à mais valia dos competidores. Apesar de modificar a repartição entre os capitalistas, não altera o grau de exploração do trabalho. Marini conclui, então, que a mais-valia não é determinada pela produtividade do trabalho, mas sim pelo grau de exploração (relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário). Além disso, a mais-valia relativa está relacionada com a desvalorização do salário.

A divisão internacional do trabalho também é uma das importantes características que conduziram a história econômica da América Latina. No início do século XX, as exportações começaram a aumentar, a dívida externa também cresce. Anteriormente, os empréstimos eram necessários para suprir as importações. Com o crescimento da balança comercial, esse papel se altera: agora, a dívida externa serve para transferir para a metrópole o excedente da América Latina. Nas palavras de Marini,

é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supões necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

O desenvolvimento industrial da Europa só aconteceu, de fato, às custas da América Latina, visto que existe a necessidade de grande disponibilidade de bens agrícolas para a especialização na atividade industrial. Esse fato possibilitou a intensificação da divisão do trabalho, além de proporcionar a especialização dos países industriais como produtores mundiais de manufaturas, uma vez que era preciso meios de subsistência de origem agrícola, provida pelos países latino-americanos.

A América Latina possuía a função de criar uma oferta mundial de alimentos – e isso era a condição para que a região entrasse na economia internacional capitalista. Além desta, sua outra função era a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas. A classe trabalhadora dos países centrais, somada ao crescimento da produtividade, resultaram do surgimento da grande indústria, além de aumentar a proporção da produção da massa de matéria prima.

Portanto, a região latino-americana, além de possuir os requerimentos naturais e físicos que a tornaram tão atraente para os países desenvolvimento, também contribuiu imensamente para a economia capitalista mundial, ainda que de uma forma não saudável para os países da região. A América Latina serviu de impulso para o desenvolvimento de outros países, como os Estados Unidos e países europeus, enquanto seu próprio desenvolvimento não sofria nenhuma alteração, permanecendo em um estágio de desenvolvimento que fosse benéfico para os outros países.

A independência latino-americana não significou uma completa dissociação das metrópoles. De acordo com Florestan Fernandes (1972, p.11), esse colonialismo obteve uma forma mais complexa após a independência formal. O autor ainda completa que os Estados da América Latina são produtos da “expansão da civilização ocidental”, ou seja, um tipo de colonialismo moderno.

Em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Florestan Fernandes faz uma análise dos quatro tipos de dominação externa na região. A fase que interessa para o presente trabalho é a quarta e última, no entanto, para chegar lá é necessário esboçar as três primeiras.

A primeira dominação externa, ou seja, a colonização – que foi vivenciada pelos latino-americanos por pelo menos três séculos – resultou dos requisitos econômicos, culturais e políticos do antigo sistema colonial, ou seja, a legitimidade da dominação tinha fundamento legal e político. A primeira modificação que ocorreu nesse sistema foi a ruptura entre os colonizadores e as Coroas. Os primeiros deviam obediência e lealdade aos segundos e isso passou a se tornar um obstáculo na colonização. Assim, um entendimento entre os dois surgiu, permitindo um apoio da Coroa aos interesses dos colonizadores enquanto estes trabalhavam em benefício dos interesses das metrópoles. Dessa forma, houve uma transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, que foram adaptados aos trabalhos forçados da região. Isso originou uma sociedade colonial, para que apenas os colonizadores possuíssem poder de decisão. No entanto, essa sociedade também possuía um alto grau de flexibilidade,

que permitia a absorção e controle dos nativos, africanos e mestiços, que eram mantidos como estratos dependentes. Esse tipo de dominação entrou em crise a partir de três fatores, segundo Fernandes: o surgimento de movimentos de emancipação da exploração, a luta pelo controle econômico da região entre Holanda, França e Inglaterra e o interesse de alguns setores da população em se desamarrar do antigo sistema colonial.

A segunda dominação foi resultado da crise da primeira. Durante o período em que as nações europeias possuíam o controle da exportação e importação da América Latina, seu interesse era direcionado ao comércio e não à produção local. Esse período, de acordo com Florestan Fernandes, pode ser chamado de neocolonialismo: a dominação externa passou a ser indireta, ainda que uma realidade concreta. Para alterar essa situação, seria necessário mudar toda a infraestrutura da economia e isso era difícil, além de caro. Por isso, as elites que estavam no poder optaram por permanecer com um papel econômico secundário e dependente, pois as estruturas econômicas do antigo sistema colonial ainda eram vantajosas.

A terceira forma de dominação externa foi um efeito da reorganização da economia mundial que, por sua vez, foi consequência da revolução industrial que aconteceu no continente europeu. O neocolonialismo, citado na segunda forma de dominação, foi a origem de acumulação de capital da Europa, fazendo surgir mercados nacionais que contribuíram para o capitalismo industrial. Assim, a transformação do capitalismo europeu originou novas formas de articulação das economias periféricas. A partir disso, a dominação externa alcançou outras esferas além da economia, como a sociedade e a cultura. De acordo com o autor, “a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica da América Latina.” O que se chama de “idade de ouro do capital estrangeiro” foi benéfico apenas para a Europa e os Estados Unidos, uma vez que todas as oportunidades econômicas, sociais e culturais eram transformadas em negócios. Essa idade de ouro foi o que acabou com o ciclo do antigo colonialismo e, em seguida, do neocolonialismo, que formaram o burguês complacente.

A última forma de dominação externa é a mais recente e contemporânea à expansão das grandes empresas corporativas na América Latina, que representam o capitalismo monopolista. Essas empresas produziram um novo estilo de organização, produção e marketing, que resultaram no controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Nesse tipo, Florestan Fernandes expõe três

importantes pontos. O primeiro é o fato de que o controle externo é simétrico ao do antigo sistema colonial, mas nos moldes de um moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada e dominação externa compartilhada por diferentes nações (Estados Unidos em primeiro plano e países europeus e o Japão em menor escala). Isso resulta em um imperialismo total, onde a dominação externa começa de dentro, através de controle de natalidade, comunicação de massa, educação, transplantação maciça de tecnologia ou instituições sociais, modernização da infra e superestrutura etc. O segundo ponto é que esse imperialismo gerou um ressentimento até nos países mais desenvolvidos da América Latina, por conta da falta de requisitos básicos para o crescimento autônomo econômico, social e cultural. As mudanças nos países latino-americanos são feitas por estrangeiros. O último ponto é o fato de que economias dependentes não são capazes estruturalmente de ultrapassar o subdesenvolvimento, através de suas burguesias. Os interesses internos – sempre privados e particulares – são baseados na exploração do subdesenvolvimento.

O autor conclui que apenas alguns países latino-americanos passaram por essas 4 fases de dominação externa – Brasil, Argentina, Uruguai, México, Chile etc. Outras nações, como Haiti, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala etc. foram submetidas aos dois primeiros tipos de dominação, que as transformaram em versões modernas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo.

A dominação externa originou uma especialização geral das nações como fontes de excedentes econômicos e de acumulação de capital para as nações capitalistas. Portanto, de acordo com Fernandes (1972, p.20), “o deságio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna.”

3.2 A face tecnológica da dependência

É inegável que a tecnologia é um importante processo do desenvolvimento das nações, assim como é necessário falar sobre indústrias na discussão de tecnologias. De acordo com Furtado (1969, p.20), em alguns casos, o processo de industrialização quase permitiu a superação da estrutura metrópole-satélite, mas isso não aconteceu por conta do agravamento do fim desse intercâmbio que acabou estrangulando o processo de superação. O pensamento de Gunder Frank segue o sentido de que esse

argumento desvia a atenção das causas fundamentais do subdesenvolvimento da América Latina.

Alfredo Vásquez (2010, p. 7-8) explica que a expansão da industrialização latino-americana teve uma característica de substituição de importações. Assim, os países podem ter uma indústria pesada e ainda assim continuar em sua posição de país periférico. Ainda de acordo com Gunder Frank (1970, p. 202-210), a substituição de importação supôs uma maior dependência e um salto qualitativo no subdesenvolvimento da região, uma vez que as metrópoles são mais atraídas por indústrias com tecnologias mais avançadas.

Vásquez (2010) demonstra, através do pensamento de Gunder Frank, que o problema da tecnologia - e sua conseqüente difusão - na América Latina origina-se na mesma estrutura monopolista do sistema econômico a nível mundial, nacional e regional. De acordo com o autor (ibid, p. 8), "Durante la evolución histórica del sistema capitalista, los países metropolitanos han difundido siempre hacia los satélites dependientes la tecnología cuyo empleo ha servido mejor a los intereses de los primeros." Durante esse processo, os países desenvolvidos sempre mantiveram seu monopólio sobre a produção e as tecnologias (especialmente industriais), que apenas deixavam de ser o centro dos lucros quando alguma outra alternativa de monopólio tecnológico surgia para substituí-la. Assim, Vásquez explica que, na época analisada por Frank, era possível para a metrópole deixar de lado seu controle da indústria pesada, o que facilitou a substituição de importações na América Latina. Vásquez argumenta que

Menos aun, por otro lado, puede considerarse el problema de la difusión tecnológica y del desarrollo económico como un problema de resistencia cultural. La brecha tecnológica creciente entre los países metropolitanos y satélites requiere explicaciones alternativas a las del enfoque difusionista.

A América Latina, portanto, sempre dependeu de investimentos estrangeiros para que a tecnologia fosse implementada na região. Alfredo Vásquez (2010, p.9) argumenta que o investimento estrangeiro impõe uma condição de necessidade de exportação às economias latino-americanas, ao mesmo tempo que facilita a exportação do capital, para que este excedente econômico não fique no país. A tecnologia, nesse caso, ajuda a aprofundar o subdesenvolvimento, impedindo que a condição de satélite (ou dependente) seja superada.

O compartilhamento de materiais tecnológicos acontece quando os países desenvolvidos já não encontram uso em alguma tecnologia, ou seja, quando ela se torna ociosa ou obsoleta. As empresas transnacionais possuem um poder tecnológico muito superior às indústrias locais, que precisam de fundos econômicos para se colocar à altura de outras empresas. Com isso, as corporações aumentam seu poder monopolista consideravelmente.

Os investimentos tecnológicos estrangeiros acontecem, mas sem melhorar o poder doméstico de compra do país; o que acontecerá no país será sempre determinado pelas necessidades da metrópole, sem levar em consideração a necessidade de desenvolvimento da América Latina. Vásquez (2010, p.11) explica que:

Ao mesmo tempo, a metrópole se apropria do excedente econômico produzido pela indústria latino-americana mediante, regalias, serviços etc.; os quais representam outros canais adicionais de drenagem financeira, que condenam os países latino-americanos a um déficit crônico em suas balanças de pagamentos.

As empresas nacionais também se beneficiam da polarização tecnológica, ainda que em grau menor. As indústrias de maior porte com tecnologia avançada possuem as próprias fontes de capital, ou tem mais facilidade para conseguir capital externo. Isso gera uma relação monopolista de metrópole-satélite com as pequenas e médias indústrias, que não possuem a tecnologia nem o capital necessário. Essa lógica demonstra que a dependência tecnológica também ocorre em nível interno dos países latino-americanos.

Para além disso, Vásquez dedica uma seção de seu artigo para falar da falta de política tecnológica. A seleção das técnicas produtivas no processo de industrialização nunca foi vinculada às características da região e de seus recursos disponíveis, e isso aconteceu não apenas pela ação das empresas transnacionais, mas também pela ação do estado. Para Gunder Frank, não basta analisar a combinação da dependência tecnológica e as deficiências da política governamental, mas também da relação das duas com o financiamento da produção e comercialização dos bens e serviços gerados pela integração dependente na economia internacional. As burguesias latinoamericanas também participam desse processo, através do apoio que elas e os governos concedem ao controle do financiamento externo, além do interno também. As indústrias são equipadas,

deliberadamente, com equipamento de baixa produtividade. Os governos, por sua vez, não tiveram a oportunidade de escolher os equipamentos, uma vez que sua condição de dependência permite apenas que aceitem qualquer um. Por conta disso, essa baixa eficiência das indústrias latino americanas acaba por gerar um alto custo de produção, além de aumentar o preço de venda.

A dependência tecnológica, portanto, é uma realidade que possui um grande papel de interferência em outras áreas, como econômica e política, uma vez que influencia a produção de bens de uma país e conseqüentemente seus custos e valores, além de manter o país na condição de dependente através de seu governo, que se sujeita à essa dependência para uma mínima chance de desenvolvimento do país.

3.3 A face social e política da dependência

Como já abordado neste trabalho, observa-se que a sociedade latino-americana é formada, além de seu povo, pela burguesia que sempre age de acordo com o interesse da metrópole, uma vez que esta última precisa de aliado nos países periféricos para garantir que seus individualismos sejam garantidos. Florestan Fernandes, em seu trabalho intitulado *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, apresenta justamente o debate da existência das classes sociais na região, relacionando-as com o capitalismo dependente e a revolução social.

De acordo com Fernandes (1972, p.37), e os relatórios da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), "(...)se pode falar na existência de uma categoria tão numerosa quão heterogênea de pessoas, que constituem os "condenados do sistema" e sua "maioria silenciosa". Assim, a economia capitalista - sempre presente na discussão da dependência latino-americana, juntamente com as classes e a ordem social competitiva tem o papel de "motor da história", já que as decisões estão concentradas nesse núcleo. Portanto, as classes sociais de fato descrevem os setores mais privilegiados, integrados e desenvolvidos da sociedade. Junto com essas partes da comunidades, há também o outro lado da moeda: aqueles que possuem uma condição de vida inferior, condenados à pobreza e miséria, o que os marginaliza e exclui em muitos aspectos - econômico, social, cultural e político. Além disso, os estratos da sociedade que se consideram mais "desenvolvidos" (esse

emprego da palavra, nesse cenário, é errôneo e egocêntrico) não aceitam a existência das classes sociais, além de negar as imposições da classe dominante.

Quando há o reconhecimento das classes sociais, há também uma desconsideração à sociedade de classes efetiva, que foi resultado dos privilégios internos da exploração externa. Dessa maneira, as classes são remetidas a uma memória colonial, sem levar em consideração o surgimento de novas realidades econômicas, sociais e políticas que são oriundas da expropriação capitalista.

Fernandes (1972) conclui, então, que as classes sociais latino-americanas são formações histórico-sociais típicas, ainda que apresentem variações - nas atitudes e comportamentos das classes, conteúdos e orientações da consciência e comportamento de classes e diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si. De acordo com o autor (Ibid, p.39),

A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária.

Quando os interesses das classes dominadoras não são mais atendidos em grande escala, seu esforço é direcionado contra a rigidez da situação histórica. O Estado não é mais seu aliado, portanto, seus desejos não são mais atendidos; a violência é a forma encontrada para fazer prevalecer seus interesses, para perdurar o *status quo*. Dessa maneira, o capitalismo e sua ordem tornam-se odiados. Fernandes (1972, p.41) explica que o que acontece, então, "é a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediram a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais através do capitalismo."

A modernização e industrialização da América Latina trouxe consigo, também, um aumento na distância entre as classes sociais, afetando profundamente a sociedade latino-americana e, por consequência, perpetuando o crescimento econômico dependente. Fernandes escreve que não houve uma relação dinâmica entre o capitalismo e descolonização, ou seja, apesar do capitalismo - em teoria - oferecer mais liberdade, isso não significou que a descolonização foi uma consequência dele. O que acontece, na verdade, foi uma adaptação desse sistêmico econômico às estruturas sociais de origem colonial e dependente. De acordo com o autor (1972, p.42), "Por isso os novos surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são

incompatíveis com a ordenação em classes sociais." o capitalismo, na América Latina, não foi capaz de provocar revoluções - sejam elas urbana ou agrícolas -, por isso repete a história social do campo nas grandes cidades e metrópoles. A diferença entre o que se sucedeu nessa região e outras, como Estados Unidos e Europa, é que esses países não foram colonizados como a América Latina e, assim, as classes menos privilegiadas não surgiram da mesma maneira, portanto, conquistaram um controle razoável da participação popular e social. Por outro lado, as classes latinoamericanas não trabalham em conjunto, uma vez que as mais privilegiadas agem unilateralmente, considerando apenas os seus interesses e descartando os demais - normalmente, os interesses de quem mais necessita ser ouvido. Isso significa que uma concordância e até mesmo comunicação entre as classes é inviável, dando continuidade à condição de colonização e dependência. É fundamental pontuar que as classes mais favorecidas negam a dependência, o subdesenvolvimento, os privilégios, opressão e miséria, demonstrando ainda mais a ilusão que os colonizadores enraizaram na burguesia.

A questão que permanece é: porque, mesmo depois da independência, a América Latina permanece em um estado de dependência? Quando do momento da emancipação nacional, houveram lutas armadas para chegar a esse ponto e a difusão do capitalismo na região iniciou-se, assim como instituições e valores sociais que foram capazes de reorganizar a sociedade como um todo. Essas instituições e valores vieram de outras sociedades, com diferentes contextos e históricos da América Latina. Por isso, eles não foram eficazes no seu propósito de desamarrar colonialmente o continente. A absorção dos modelos que funcionaram em outros espaços dependia apenas dos responsáveis por isso, que não lograram o objetivo final, ou seja, a independência de fato, já que isso significa que seus interesses não seriam mais atendidos.

O capitalismo, do debate da dependência latinoamericana, é um personagem que possui um papel de relevância - não necessariamente positiva e nem sempre negativa. Para entender a sua atuação como causador de diversos fatores que o levaram a ser um capitalismo dependente, é necessário explicar sua natureza e como ele ocorreu na América Latina. Ao invés de surgir como algo novo que derrubaria o antigo sistema da dinâmica metrópole-colônia, ele se incorporou à crise do sistema colonial. Ele reproduziu formas de apropriação e exploração do capitalismo moderno, ao mesmo tempo que a acumulação de capital permanece nas mãos daqueles que

desejam promover os núcleos hegemônicos. Ainda, esses núcleos sentem que são obrigados a dividir o excedente de capital com as economias centrais, o que os impede de monopolizar esse excedente e, por consequência, não possuem um poder de decisão tão definitivo. Mesmo assim, essa perda de capital é mais sentida pela população periférica. Como explica Fernandes (p. 45), "Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas."

Esse capitalismo, então, além de dependente, pode ser considerado colonial? Para esse debate, precisa-se estabelecer alguns elementos. Primeiro, que é muito fácil encontrar semelhanças entre o sistema colonial e o capitalismo dependente. Segundo que essa discussão pode ser considerada um tanto rasa, uma vez que essas similaridades podem ser observadas mesmo sem considerar os contextos sociais dos países. Os autores que decidem classificar o capitalismo como tal podem seguir três caminhos principais, que desembocam no mesmo fim. O primeiro interessa-se mais pelo emocional no uso do conceito colonial, em relação ao aspecto socialista da dominação; o segundo confunde a dependência com pré-capitalismo (que torna-se capitalismo em outras sociedades através da evolução desta). O terceiro, por fim, esconde a dependência através da soberania nacional. Os três caminhos criam uma ilusão em relação à condição da América Latina, como se houvesse uma consciência crítica em relação a isso, além de fazer parecer que há autonomia na economia, sociedade e política.

Isso, no entanto, não quer dizer que a dependência não possua características coloniais. Florestan Fernandes escreve que este último foi projetado para extrair todas as possíveis riquezas da América Latina para transformá-las em lucro para a Europa, possibilitando a expansão do capitalismo nos países europeus. Para que essa exploração acontecesse, eram necessários investimentos financeiros, inovação tecnológica e racionalidade administrativa. Assim, a conexão do capitalismo com o colonialismo acontecia no circuito comercial do mercado europeu. É por isso que o sistema colonial anterior se manteve em bases tão fortes, pelo máximo de tempo que conseguiu. Esse mercado foi protegido de qualquer tipo de ameaça de destruição da exploração ao mesmo tempo que não permitiu que ele se tornasse independente. O abuso colonial na América Latina se aperfeiçoou e se reajustou às modificações que o capitalismo precisava.

Segundo Fernandes, o capitalismo dependente requer um arranjo entre padrões democráticos e padrões autoritários de comportamento político. Ele afirma que "as estruturas de poder suplementam ou reforçam outras estruturas (econômicas, sociais ou culturais), fazendo-o com frequência em um sentido político." A dependência política que será analisada em seguida explicará como as classes mais altas da sociedade latinoamericana conseguem preservar seu *status quo* através do Estado. A incapacidade de superar a condição de subdesenvolvimento e ir para um estágio de desenvolvimento autodirigido também se demonstra na insuficiência em resolver problemas sociais, como o da auto-realização da parte marginalizada da sociedade e, assim, comportamentos políticos que deveriam ser considerados democráticos acabam por seguir uma linha autocrática. Fernandes (1972, p.103) escreve que

Nesse contexto, as associações profissionais, patronais e administrativas das classes privilegiadas adquirem uma intensa orientação política; e o Estado converte-se na instituição-chave, de autodefesa das classes privilegiadas e de controle da sociedade nacional pelas elites dessas classes.

A política, no contexto da América Latina, é mais um instrumento para a preservação da dependência e controle da ordem social. Por conta dessa condição de subdesenvolvimento, o crescimento do capitalismo depende ainda mais da dominação e da política. Essa discussão relaciona em um alto grau as classes sociais e a política, uma vez que as classes do topo são as responsáveis pelo controle do Estado nesse momento. O que acontece na América Latina segue a seguinte lógica (ou regra): a burguesia atura a ordem social competitiva até o momento em que ela passa a ser prejudicial para quem está no topo; quando isso ocorre, essas classes impedem o desenvolvimento do poder democrático. Por isso, a conclusão a que chega Fernandes é de que o fato de que uma classe é super privilegiada em detrimento das outras é incompatível com o modo de governo constitucional e representativo. Quando a tentativa de coexistência das duas coisas aconteceu, surgiram as crises das instituições políticas. Nas nações onde essas crises não foram ultrapassadas, a democracia, o autoritarismo e a autocracia ainda coexistem, especialmente nas relações entre as classes.

A burguesia, quando percebe que as classes menos favorecidas possuem a possibilidade de mobilidade social, muda sua estratégia para o endurecimento, ao

invés do entendimento. Surge, então, um Estado democrático forte, que protege a democracia e promete o desenvolvimento com segurança (aqui caberia, também, uma discussão sobre o uso da palavra segurança neste contexto, para questionar de que tipo de segurança o desenvolvimento precisa). Esse é o clássico Estado burguês que acontece na América Latina, que parte para o uso da força pois não consegue dialogar com outras classes. O Estado da burguesia sempre irá lutar para preservar o privilégio de sua classe, mesmo que isso signifique, de acordo com Fernandes, que esse Estado é autocrático e autoritário, além de pré-fascista (ainda que em um nível mais brando). Nos países em que isso aconteceu de forma mais definitiva, o Estado torna-se de fato totalitário e claramente fascista.

O padrão de hegemonia de classe, termo utilizado por Florestan Fernandes, não permitiu que a existência de uma competição entre as classes já privilegiadas fosse um obstáculo para o privilegiamento em si, o que acabou por favorecer a democratização de renda. Esse padrão também ajuda a explicar porque as burguesias não conseguiram fazer uma revolução - ainda que dentro da ordem vigente - para superar o subdesenvolvimento através do capitalismo, além de demonstrar também o motivo da aceitação da revolução "institucional", revolução esta que não alterou substancialmente a sociedade, mantendo a ordem da dependência e da marginalização.

A política na América Latina, portanto, é feita para a burguesia. Racionalização e planificação estatal decidem o rumo da política de um país e isso, claro, interessa apenas à iniciativa privada. As classes mais altas perceberam que, aqui, não há iluminismo, liberalismo ou tolerância, ou seja, não pode-se copiar o modo europeu de revolução burguesa. Essas classes aprenderam que não há a mínima possibilidade de coexistência entre democracia e capitalismo sem antes deixar seus privilégios de lado. O poder, por causa disso, ficou ainda mais concentrado nas mãos de poucos e o Estado ainda não era aliado de quem deveria ser. A democracia - nos moldes europeus e norte-americanos - tão desejada e bem quista não logrou na América Latina. Os avanços das classes menos privilegiadas, como consciência de seus interesses para desenvolver formas de solidariedade, foram arrasados pela repressão e opressão. A democracia latinoamericana é, então, elitista, que desconsidera as classes mais baixas e beneficia as mais altas.

A consequência negativa disso tudo - ao menos para a burguesia - é que esse poder irá ruir, com a desagregação da ordem social (FERNANDES, 1972, p.114). Uma

revolução é inevitável: as classes mais baixas irão utilizar da contra-violência para se fazer ouvir, através da luta contra a ordem e o capitalismo. Segundo Fernandes (Ibid), "O que hoje pode eclodir como uma "negação da dependência e do subdesenvolvimento", amanhã eclodirá como uma afirmação do socialismo."

3.4 A face cultural da dependência

Como já mencionado, a dependência e o subdesenvolvimento são mantidos pelas classes mais privilegiadas da sociedade latino-americana, ou seja, a burguesia. Através dela, os centros do capitalismo são capazes de conservar sua influência e, por consequência, a aquisição do excedente de capital - que deveria permanecer no continente para promover o desenvolvimento; é inegável que isso não acontece justamente para que os centros hegemônicos não percam sua posição de controladores. Além da sócio-economia, tecnologia e política, a dependência cultural também é uma realidade na região. Pode-se falar, também, de uma Cultura da Dependência (BORJA, 2009).

Os valores culturais e ideológicos são importados dos centros hegemônicos, implantados na América Latina como identidade nacional e interesse comum. Em seu estudo, Bruno Borja (2009, p.254) aborda dois tipos de cultura, presentes nos escritos de Celso Furtado (1964): a material e não material. A primeira é composta pelos bens de consumo e produção, enquanto a segunda significa relações sociais de produção, organização política, costumes, religião etc. Borja explica que

A tecnologia elaborada no centro do sistema mundial carrega consigo o resultado de um processo particular, onde influem de forma incisiva os elementos da cultura não-material. Os bens produzidos em determinado sistema nacional, seja para consumo ou para produção, possuem em sua genética os valores culturais moldados pelas classes hegemônicas dentro deste Estado nacional específico, em virtude do interesse comum consolidado e da identidade nacional estabelecida.

Esse progresso técnico acarretará em mudanças significativas, entre elas as formas de produção, apropriação e utilização do excedente. Essas mudanças, certamente, podem mexer no sistema de cultura, ou seja, os valores culturais dos países centrais são fortes influenciadores nas sociedades periféricas. Além disso, a minoria hegemônica dos países tem plena condição de duplicar os padrões de vida dos países dominantes, o que automaticamente marginaliza a outra parte da

comunidade. Isso significa que ao seguir a cultura de uma sociedade com mais acumulação de capital, a tendência à concentração de renda aumenta, o que permite a uma pequena porção da sociedade se modernizar e prosperar, evoluindo junto aos padrões de consumo dos países desenvolvidos, ao passo que a desigualdade social cresce desenfreadamente.

O processo da globalização foi um elemento que ajudou nesse processo de perpetuação da cultura hegemônica nos países subdesenvolvidos. Ela impeliu uma uniformização dos modos de vida e, principalmente, padrões de consumo, disseminando uma cultura específica: a norte-americana. Para isso, foram fortemente utilizadas empresas transnacionais e novas tecnologias da informação, responsáveis por permitir o livre acesso a essa forma de vida. As transnacionais, portanto, tiveram um grande papel na dependência cultural da América Latina. Elas foram responsáveis por estabelecer um padrão de consumo, sempre introduzindo novos produtos e processos. Além disso, a propaganda e os meios de comunicação em massa também foram agentes da dominação cultural da região latinoamericana.

Ademais, a dependência cultural vai além dos padrões de consumo. A tecnologia dos processos produtivos, que pertence aos centros hegemônicos, também altera consideravelmente as relações sociais de produção. Isso implica em uma alteração de comportamento em relação, também, à cultura do trabalho. De acordo com Borja (2009), o trabalhador que deseja crescer neste mercado deverá possuir qualificações profissionais ou do contrário não será capaz de conquistar essa inserção, ou seja, o controle do capital e da tecnologia impõe um padrão socialmente necessário ao trabalhador, que não será capaz de conseguir essas qualificações, já que não é de interesse da burguesia que esse indivíduo altere sua condição periférica. A cultura não é um ser único, mas composta por diversas faces e áreas, uma delas sendo a educação, que também sofre transformações por conta da dominação cultural. As burguesias locais não se identificam com a herança cultural de seus próprios países, dando preferência à burguesia internacional e aos seus costumes culturais e ideológicos. Isso aumenta a credibilidade e legitimidade dos centros de poder na periferia, isto é, na burguesia local, que venera esses valores como verdadeiros e civilizados. "Não há uma identidade que subsidie a formação de uma burguesia nacional, sendo esta muito mais burguesia do que nacional." (BORJA, 2009, p. 261).

O aspecto que será abordado nesta última parte do capítulo pode ser considerado como um dos únicos positivos em relação à dependência dos centros de poder e talvez chamá-lo de dependência seja um pouco degradante. A língua pela qual um povo se expressa é parte de sua identidade. No entanto, quando essa identidade se mistura com a de outro povo, é natural que ocorram transformações, muitas vezes, benéficas.

O *spanglish* é um termo utilizado para descrever um fenômeno linguístico, onde o espanhol e o inglês se misturam de forma natural. Essa nova língua é muito utilizada pelos hispanohablantes que habitam nos Estados Unidos e precisam, constantemente, traduzir sua língua-mãe para o inglês. Essas pessoas bilíngues encontraram uma nova forma de se comunicar, utilizando os dois idiomas que mais falam. Mesmo assim, há críticas em relação a seu uso e sua disseminação. Rubtcova e Pavenkov (2019) escrevem que o professor de espanhol da Universidade de Yale Roberto González Echeverria acredita que o *spanglish* desvaloriza o espanhol, colocando em perigo a própria cultura espanhola e a integração da população hispânica na América do Norte. De acordo com Casielles-Suárez (2017), hispanohablantes de países como Argentina, Colômbia, México e Espanha criticam fortemente os latinoamericanos por não falar um espanhol "puro".

No entanto, de acordo com Ai-las Stavans, professor de espanhol na Universidade Amherst e autor de *Spanglish: The Making of a New American language*, esse fenômeno é "um produto da criatividade no cruzamento de duas culturas." (RUBTCOVA e PAVENKOV, 2019, p.4). Ainda segundo o professor, o *spanglish* é uma vívida expressão de interpenetração de culturas, considerando que já existem poemas, romances e biografias nesse novo idioma. Além disso, ele é encontrado, também, em gêneros musicais, como o rap, o hip-hop, salsa, merengue e o reggaeton.

O *spanglish* é um fenômeno que não deve ser caracterizado como errado ou uma deturpação de uma das duas línguas. Ele é uma adaptação dos latinoamericanos em relação à ordem vigente; é uma forma de não-aceitação do inglês como a única língua oficial dos Estados Unidos da América, mas sem descartá-la completamente, integrando-a ao idioma espanhol. É um fenômeno inevitável quando se trata de imigração e influência dos centros hegemônicos de poder. Se ainda não somos capazes de transpor essa fronteira de dependência, podemos, ao menos, criar algo novo, algo de origem latinoamericana.

4 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E A OPORTUNIDADE INUSITADA PARA A EMANCIPAÇÃO DOS PAÍSES LATINOAMERICANOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA RECENTE DO BRASIL.

A colonização da América Latina transformou os países da região em dependentes dos países centrais. Apesar da independência formal, que se deu de formas muito diversas em cada parte do continente, os países não foram capazes de desfazer os vínculos das dependências econômicas. Além disso, o crescimento exponencial dos Estados Unidos da América, após a Segunda Guerra Mundial, apenas reforçou essa condição de subordinação.

A dificuldade em acabar com a dependência está muito ligada ao fato de que essa condição é demonstrada através dos diversos aspectos dessa dependência, além da econômica: tecnológica, social, política, cultural, etc. Essa relação complexa foi criada justamente para não permitir que os países dependentes sequer percebessem que esse vínculo é extremamente prejudicial para o desenvolvimento dos Estados.

Junto a isso, temos a globalização. Esse fenômeno pode ser compreendido como a abertura de países para receber produtos (culturas, capital etc.) de outros. Apesar de a ideia parecer positiva para todos, a realidade é que a globalização não permitiu que países periféricos se desenvolvessem; se possível, acentuou essa condição. De acordo com Adriano Benayon (1998, p. 123), "Impõe-se aos países de menor poder industrial que sua inferioridade seja não só mantida, mas acentuada [...]".

Neste capítulo, será abordado o fato de que a globalização foi benéfica para alguns países enquanto, para outros, o manteve em uma posição de subordinação em relação aos países mais desenvolvidos. Isso será demonstrado pelas ações tomadas durante os governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

4.1 O (sub)desenvolvimento através da globalização e a crise estrutural do capitalismo no final do século xx

Segundo Milton Santos (2000, p. 22), "A globalização é, de certa forma, o único processo de internacionalização do mundo capitalista." Dessa maneira, faz sentido pensar que esse processo é vantajoso para os países desenvolvidos com economias

capitalistas. A globalização também resulta em algo chamado de mercado global. O autor de *Por uma outra globalização*, Milton Santos, traz um conjunto de fatores que explicam esse fenômeno atual. São eles a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história. A unicidade técnica fala justamente sobre as técnicas que surgem ao longo da história da humanidade, frisando que as antigas não deixam de existir por conta das novas. O que acontece é que os países menos desenvolvidos não têm condições de se atualizar, por isso ficam presos com as técnicas menos atuais e obsoletas. Por isso, sua importância no cenário internacional torna-se cada vez menor. A convergência dos momentos diz respeito ao tempo real. Atualmente, a informação é passada de mãos em mãos com uma rapidez crescente, ou seja, ela é instantânea. No entanto, não o é para todos, já que é controlada pelas empresas de informação, que têm um grande interesse em escolher quem pode e quem não pode ter determinadas informações. O motor único, de acordo com o autor, é a mais-valia universal. Isso é possível pois a produção acontece em escala mundial e não nacionalmente, como acontecia na era do imperialismo. Desde o produto e dinheiro até informação e consumo, o mundo tornou-se extremamente internacionalizado, o que permite com mais facilidade a existência do motor único. Isso não significa dizer que houve uma completa internacionalização. A concorrência e competitividade entre as empresas é o que move esse motor, já que há sempre uma corrida por mais ciência, tecnologia, para estar em primeiro lugar. O último fator, a cognoscibilidade do planeta, significa dizer que a técnica e a ciência evoluíram de tal maneira que é possível conhecer o planeta de forma muito aprofundada, e isso permite a descoberta de fatos que anteriormente não seria possível. Esses cinco fatores juntos são capazes de explicar a globalização em seu estado atual.

A informação tem um papel significativo, quando se trata dos interesses dos mais ricos. Milton Nascimento (2000, p. 39) escreve: "A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos." Portanto, ainda que a globalização argumente muito no sentido de que tudo que há no mundo - informação, cultura, técnicas - é para todos, a realidade é muito diferente. Ainda há atores mundiais, sejam eles Estados ou empresas, que podem escolher o que chega, e até mesmo quando, em determinados países - em sua maioria, os periféricos. Dentro desse universo, está o conceito de "aldeia global", que surgiu no trabalho de Marshall

McLuhan, nos anos 1960 (ALMEIDA, 2006). Essa ideia explica que, da mesma maneira que em uma aldeia (ou tribo), o ser humano entrava em contato com uma língua, cultura e religião em comum, os meios de comunicação atuais permitiram que isso acontecesse não em apenas uma localidade, mas sendo possível no mundo inteiro. A forte disseminação informacional no mundo faz com que distâncias sejam encurtadas e o tempo ganha uma nova dimensão. Milton Santos (2000) ainda argumenta que "Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas."

Além da informação, o dinheiro - desde sempre - foi também um motor. O financeiro no mundo atual criou vida própria. Através de empresas, que agem em conjunto com governos, ele se apropria de montantes que não são seus para promover desenvolvimento em seu próprio país. A industrialização, fortemente auxiliada pela globalização, em países periféricos, apesar das poucas vantagens que isso traz para o território, serve apenas aos atores hegemônicos que tiram seus lucros desses países.

O capital, portanto, promove um aumento na dominação sobre a sociedade, os recursos naturais e até mesmo nos Estados nacionais. De acordo com Leiva (2009, p.148), "A globalização da economia mundial está fundamentada teoricamente no neoliberalismo." Isso quer dizer que a livre circulação de capital e mercadorias, além do livre mercado, permite uma concorrência mundial desenfreada. Essa concorrência, por sua vez, possibilita uma diminuição de custos, especialmente no acesso de recursos naturais, sempre por parte das empresas transnacionais. Os Estados nacionais, acreditando que as ETN serão benéficas para o país, auxiliam na retirada desses recursos naturais. Leiva (2009, p. 149) ainda explica que "As mudanças nas relações sociais de produção, que o capitalismo conseguiu com a ~~globalização~~ globalização, expressam-se em todas as categorias econômicas e na forma de síntese nos ~~lucros~~ lucros globais, na taxa de lucro e na reprodução do capital."

Além disso, pode-se citar o consumo, ligado novamente à informação e comunicação, nesse teia de elementos que formam a globalização. O consumo, atualmente, é fortemente incentivado, para que haja essa continuidade na produção exacerbada, seja de produtos, informação, materiais. No entanto, o consumismo evoluiu de tal maneira que as empresas produzem o consumidor antes de produzir o produto em si (SANTOS, 2000). Ou seja, antes mesmo de um produto sequer existir, os consumidores já estão sendo preparados pelas grandes empresas para fazer essa

compra. Santos (2000, p. 49) argumenta que "Desse modo, vivemos cercados, por todos os lados, por esse sistema ideológico tecido ao redor do consumo e informação ideologizados. Esse consumo ideologizado e essa informação ideologizada acabam por ser o motor de ações públicas e privadas." O consumo, portanto, anda de mãos dadas com a publicidade (informação), que nunca cessa o bombardeamento de propagandas, comerciais e anúncios que reforçam a ideia da necessidade do consumo como um requisito para uma vida bem sucedida.

A globalização, com a promessa de integrar o mundo inteiro e permitir interações antes nunca vistas, além de uma distribuição de capital maior e mais justa, apenas aprofundou as irregularidades e disparidades que já existiam, como por exemplo a pobreza. Milton Santos traz três tipos de pobreza, que todos os países subdesenvolvidos já experienciaram: a pobreza "incluída", a marginalidade e a pobreza estrutural globalizada.

A primeira é a pobreza que tinha sua origem em um lugar e não tinha nenhuma relação com outra localidade. Era como uma pobreza acidental. Nesse cenário, o dinheiro não era socialmente obrigatório para integrar as pessoas, portanto, a pobreza era menos discriminatória. A marginalidade passa a classificar os indivíduos pelo seu poder de consumo. Nesse momento, houve o surgimento da ideia de subdesenvolvimento e teorias para combatê-lo; os pobres eram, então, chamados de marginais.

A pobreza estrutural globalizada é resultado do crescente desemprego e salários cada vez menores, combinados com um Estado omissivo por não promover proteção social. Nesse momento atual, a pobreza passa a ser naturalizada, onde os pobres são excluídos completamente do cenário. Há um interesse das grandes potências para que a pobreza não seja eliminada, uma vez que ela é necessária para manter a acumulação de capital na posse de poucos.

O capitalismo, portanto, se alastrou para o mundo através da internacionalização do capital, que exporta as relações sociais de produção pelo mundo todo, ao mesmo tempo em que desenvolve as forças produtivas mundiais (VASCONCELLOS, 2020, p. 20). Quando a internacionalização não consegue mais cumprir o seu objetivo, o capital se reinventa de modo que pode continuar a manter-se no poder: assim surge a globalização. "A globalização expressa uma trajetória de decadência do Capitalismo mundial." (VASCONCELLOS, 2020, p. 18). Isso significa dizer que o capitalismo já se esgotou e não tem mais para onde se expandir, por isso

fala-se em crise do capitalismo. As crises que o mundo vivenciou e ainda vivenciam apenas demonstram que esse modelo econômico já não é mais capaz de se sustentar. De acordo com Alves (2011, p. 8), "A produção de valor no sistema mundial do capital está aquém da necessidade de acumulação do sistema produtor de mercadorias." O autor ainda completa que, mesmo com o crescimento do capital acumulado, há menos possibilidades de investimento produtivo de valor.

A crise do capitalismo pode ser evidenciada desde a Primeira Guerra Mundial até as crises financeiras mais recentes do mundo. Com o objetivo de evitar essas crises - mas falhando - o capitalismo procura se reinventar, através da abertura de novos mercados para abrigar o excesso de produção, através de inovações financeiras. Alves (2011) inclusive fala sobre o termo "capitalismo fictício" para demonstrar que foi preciso apelar para outros artifícios para que o capitalismo não morresse em si mesmo.

A crise do capitalismo global é a crise orgânica que decorre da acumulação demasiada de capital-dinheiro que não encontra rentabilidade adequada nas condições do sistema produtor de mercadoria. Portanto, é a crise do valor que, ao não se realizar através de seu suporte material - a mercadoria de uso - encontra-se intimamente transtornado pelas contradições do sistema produtor de mercadoria. Por isso, cria um mundo fictício à sua imagem e semelhança (o que explica a disseminação das formas derivadas de valor, formas fictícias de realização do valor-trabalho). (ALVES, 2011, p. 18).

Podemos falar da crise do capitalismo começando pela crise dos anos 1970, que deixou os Estados Unidos da América com altos níveis de desemprego e baixos níveis de lucro. A crise no norte da América não ficou localizada: o tamanho da influência dos EUA no mundo inteiro fez exportar a crise para outros países. Coggiola (2015, p. 31) afirma que "[...] para financiar este déficit o governo dos EUA começou a ampliar a emissão de dólares, criando problemas para os demais países que tinham que emitir moeda para continuarem sobre a premissa de câmbio fixo."

Nesta mesma década, a crise do petróleo afetou profundamente diversos países. Durante o período da guerra de Yom Kippur, houve um bloqueio no fornecimento do petróleo feito pelos países integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), o que fez com que o preço do barril aumentasse consideravelmente; em consequência disso, o Ocidente passou a gastar mais com energia, provocando uma crise nos países industrializados, com inflação e desemprego (COGGIOLA, 2015, p. 42).

Coggiola (2015) explica ainda que o desenvolvimento da tecnologia também foi consequência da crise de 1973. Com o aumento da concorrência capitalista, houve uma corrida para melhorar a produção - ou seja, deixá-la mais rápida, ao mesmo tempo que mais barata (mais lucrativa). No entanto, a rapidez com que algumas tecnologias foram desenvolvidas não permitiram que elas vingassem, o que acabou por torná-las obsoletas, além de necessitar de mais profissionais capazes de entender e consertar as novas tecnologias, que não eram suficientemente remunerados para tais tarefas. O objetivo era aumentar a taxa de lucro global, que no entanto caiu, com tantos fracassos no caminho. Houve apenas uma área que não sofreu com a crise da época: equipamentos militares tinham sua demanda garantida pelo Estado.

Como de costume, os países periféricos sofrem as consequências das ações dos países centrais. A partir dos anos 1980, com o objetivo de lucrar futuramente, a especulação financeira foi fortemente utilizada. Para recuperar o capital perdido, os atores hegemônicos viraram sua atenção para os países menos desenvolvidos. A especulação flexibilizou o mercado de trabalho, diminuindo os salários, além de piorar o nível dos contratos trabalhistas (COGGIOLA, 2015, p. 60). Ainda segundo o autor (ibid), "os mercados financeiros localizados nos países imperialistas organizam os mecanismos pelos quais se estabelece a subordinação dos países dominados."

Todos esses fatores mencionados acima demonstram como o capitalismo não é capaz de suprir as próprias necessidades e acaba por ruir a própria estrutura, com crises financeiras, piora das condições de trabalho e até mesmo a perda de capital. A crise estrutural do capitalismo permitiu a ascensão da globalização. Apesar da promessa de melhorias para o mundo inteiro, esse fenômeno permitiu que a exploração de países e pessoas se acentuasse ainda mais, usando como justificativa as maravilhas que o capital poderia trazer. Ao invés disso, o desemprego, a fome, pobreza, crises ambientais etc. retornaram até mesmo aos países desenvolvidos, tamanha é a sede pelo lucro. Quando não se consegue mais lucrar, os problemas aparecem. De acordo com Vasconcellos (2020, p. 2), "A globalização não tem como objetivo o bem-estar das pessoas, mas, exclusivamente, a dinâmica de produção e apropriação privada de valor excedente; a globalização é uma nova etapa no desenvolvimento do Capitalismo."

4.2 A dependência se esvaece em um capitalismo agonizante

O presente subcapítulo tem como objetivo demonstrar como a crise do capitalismo afetou o Brasil, especificamente no final da década de 1990 até os anos 2010, passando pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Através dos números e resultados das políticas econômicas desse governo, será demonstrado que, apesar das tentativas em desenvolver o país economicamente, o governo não conseguiu tal fato, permanecendo na condição de dependente do capital externo. Todos esses fatores convergem para o fato de que a dependência é uma consequência direta do capitalismo, que está em uma profunda crise, como demonstrado no capítulo anterior.

4.2.1 O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Os anos 1990 trouxeram consigo fortes incentivos capitalistas. No Brasil, isso se traduziu através das políticas econômicas adotadas principalmente por Fernando Henrique Cardoso, que governou de 1995 até 2002. Para o pensamento da época, era necessário subordinar-se ao "movimento capital mundializado" para permitir o desenvolvimento nacional, e essa política foi uma estratégia deliberada (SAWAYA, 2006, p. 200). Uma característica importante desse período foi a retirada de cena do Estado, que era considerado um impedimento para o desenvolvimento: de desenvolvimentista, ele passa a ser apenas regulador. É fundamental entender que o argumento utilizado para mantê-lo longe da economia do próprio país seria o de que "os problemas da economia brasileira seriam os resultados de distorções criadas por interferências do governo nos mercados livres, impedindo seu ajuste automático nos períodos do 'Estados desenvolvimentista'" (SAWAYA, 2006, p. 203).

Além disso, o capital privado nacional também foi trocado pelas importações. Dessa maneira, o que prevaleceu foi o capital internacional, que passava a ter mais controle sobre o país e sua economia. Sawaya (2006, p. 201) escreve que "Nesses termos é que a vulnerabilidade e a dependência da economia brasileira são repostas, agora sujeitas ou mais subordinadas ao movimento mundial do capital." Outra particularidade dessa política econômica é a liberalização, ou seja, liberdade de fluxo comercial, diminuição de barreiras alfandegárias, liberdade para entrada e saída de fluxos financeiros, privatização de empresas estatais etc. Isso significa dizer que havia um desejo de inserir o país no processo de internacionalização.

A ilusão desse modelo econômico é que o capital seria o principal regente da economia, sem se importar com os interesses do seu país de origem quando, na verdade, quem está comandando tudo são as grandes empresas e seus respectivos Estados. Nessa lógica, as empresas não possuem mais nacionalidade que as conectem com seu país de origem, não devendo nada a ele e podendo se dedicar ao desenvolvimento de outros países. Fernando Henrique Cardoso seguia esse pensamento quando implementou essa política econômica no Brasil. Cardoso traduziu essa concepção com as privatizações que aconteceram no país. Esse movimento também acreditava que a saída do subdesenvolvimento seria a "adesão total ao movimento do capital equivocadamente imaginado como sem pátria e desvinculado de estratégias elaboradas em suas matrizes e seus Estados de origem" (SAWAYA, 2006, p. 206).

Os itens mencionados acima implicam diretamente sobre a dívida interna e externa do Brasil. Conforme explica Sawaya (2006, p. 208), juntando-se a liberalização com a taxa de câmbio estável leva a uma perda de competitividade da economia, que acaba por criar déficits comerciais. Para contrabalancear isso, as taxas de juros internas são elevadas, o que impacta diretamente na dívida pública e na dívida externa, pois a entrada de recursos externos é grande. O autor (ibid) ainda demonstra através dos números: "O resultado é o crescimento da dívida externa bruta, que passa de US \$96,5 bilhões, em 1990, para algo em torno dos US\$ 220 bilhões, em 2001; enquanto a dívida interna passa de 36% do PIB, em 1990, para quase 50% em 2000." O crescimento da dívida externa também se dá pelo fato de que ocorrem importações de matérias-primas e bens finais não por parte do país, mas sim das empresas. De acordo com dados do autor (ibid), "A empresa estrangeira passou a responder por 61% do déficit brasileiro em transações correntes no ano 2000 (31,8% em 1995) e por 66,9% do aumento da dívida externa do país entre 1995 e 2000."

A entrada de investimentos estrangeiros diretos também se transformou com a nova política econômica do Brasil. Ao invés de financiamentos em moeda para a modernização de empresas, como anteriormente, os IDEs focam em fusões e aquisições transfronteiriças, pois são a maneira de entrar em novos mercados: isso se converte em menor controle nacional sobre a economia (SAWAYA, 2006, p. 211).

A entrada de capital estrangeiro no Brasil, da forma como foi feita, impactou negativamente no desenvolvimento do país: a desindustrialização nos anos 1990

deixou o país com menos emprego industrial e altas taxas de importação. Em Sawaya,

O sucesso brasileiro na atração de investimentos estrangeiros não se traduziu em crescimento porque a maior parte desses investimentos não foi destinada à construção de nova capacidade produtiva, mas sim à aquisição de ativos já existentes (SAWAYA, 2006, p. 210, apud Arbix e Laplane, 2002, p. 86).

Para demonstrar brevemente, na prática, como esse capital afetou o Brasil, Sawaya (ibid, p. 15) apresenta o caso da indústria automobilística no país. Ainda na década de 90, o Brasil era um território procurado para a instalação de novos empreendimentos multinacionais. O setor automobilístico investiu na instalação de empresas novas e na ampliação de outras que já existiam aqui. O país foi escolhido não para ser o consumidor final dos produtos, mas também para vender aos seus vizinhos, já que a política econômica garantia o livre fluxo de capitais e mercadorias entre os os países da América do Sul. Por causa disso, o Brasil começou a importar demasiada matéria-prima.

Assim, mesmo com as tais políticas liberalizantes - e até mesmo por causa delas - esse tipo de investimento não permitiu o crescimento econômico nacional, trazendo prejuízos por causa do excesso de capacidade. Isso acarretou em desindustrialização, desemprego e empobrecimento das classes médias que eram consumidoras dos automóveis. Sawaya escreve que "[...] o capital andando sobre seus próprios pés, ao mesmo tempo que cria, destrói as condições para a continuidade da acumulação."

Percebe-se, então, que a adoção da política do capital mundializado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, não apenas fracassou como trouxe danos ao Brasil, não permitindo que o próprio Estado pudesse interferir na economia brasileira. Isso demonstra, mais uma vez, que o capitalismo age pensando apenas em seus próprios interesses e não deseja desenvolver países - aqueles com uma incrível capacidade de se tornarem atores mais principais da economia internacional - já que eles servem para um único propósito: o lucro para os países e empresas do centro mundial.

4.2.2 O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

No início do Governo Lula, os números eram promissores. As exportações aumentaram de tal maneira que a balança comercial e a conta das transações correntes estava em superávit (MARQUES, NAKATANI, 2006, p. 241). A dívida externa pública e privada diminuiu consideravelmente e o então presidente foi capaz de pagar, com antecedência de mais de 1 ano, a dívida que o país possuía no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar dos excelentes números e uma esperança de melhora, de acordo com Marques e Nakatani (2006), o Brasil não prosperou tanto quanto deveria, especialmente em relação aos seus problemas estruturais. O principal ponto negativo foi que o Estado não recuperou sua capacidade de intervenção, o que ainda deixava o país sujeito a dependência externa.

Mesmo com políticas econômicas que surtiram efeitos em alguns aspectos do país, como o aumento nas exportações e a queda das dívidas, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ainda continuava em um índice baixo. Em 2003, o crescimento foi de apenas 0,5%, em 2004, de 4,9% e em 2005, de 2,3% (MARQUES e NAKATANI, 2006, p. 242).

Dando continuidade em algumas políticas do governo anterior - a ação especulativa - deixou o real desvalorizado. Isso foi um aproveitamento do fato de que havia um clima de incerteza por conta da transição de governo. A taxa de juros básica foi elevada para controlar a alta de preços, além de assegurar a entrada de capital externo no país.

Após o primeiro ano de algumas instabilidades, os anos seguintes, especialmente 2004, mostraram números e resultados melhores. O setor industrial continuou crescendo, assim como o agropecuário e os serviços. No entanto, em 2005, devido a uma crise política por conta de denúncias de corrupção e pela quebra da safra agrícola, foi observado que o investimento no país diminuiu consideravelmente. De acordo com Marques e Nakatani (2006, p. 244),

Dessa maneira, ao longo dos três primeiros anos do governo Lula firmou-se a importância do desempenho das exportações para a sustentação de um nível de atividade no país, indicando que o novo governo não conseguiu as condições de crescimento interno, aumentando, portanto, a dependência do país com relação a performance do resto do mundo.

Em uma esfera mais social, a redução do poder aquisitivo foi uma realidade, acompanhada da redução no rendimento médio habitual real do trabalhador. Ainda no

primeiro ano de governo, o desemprego registrou um aumento (de 11.7% em 2002 para 12.3% no ano seguinte). Em 2004, o desemprego caiu para 11.5%, mas o rendimento médio habitual continuou diminuindo. Já em 2005, o mesmo rendimento cresceu, e a taxa de desemprego permaneceu em queda (MARQUES e NAKATANI, 2006, p. 245).

Apesar da criação de 3.422.700 empregos formais, ou seja, com carteira assinada (garantia de leis trabalhistas), nos três primeiros anos de governo, sendo 2.777.000 apenas nos dois últimos (maior do que o número entre 1985 e 2003), ainda havia o crescimento dos trabalhos informais, sem amparo legal, o que demonstrava a dominação desse tipo de emprego no país.

Outra questão social importante do governo Lula foi a distribuição pessoal de renda. Segundo Marques e Nakatani (ibid, p. 246), "[...] ao mesmo tempo aumentou a renda apropriada pelo 1% da população mais rica e a dos mais pobres (20% e 50% mais pobre). Já a renda dos 10% da população mais rica apresentou redução." No entanto, o nível de pessoas abaixo da linha da pobreza aumentou, ao menos no primeiro ano de governo; em 2004, esse número diminuiu. O Bolsa Família, um dos principais e mais famosos programas do Governo Lula, aumentava a renda das famílias em 40%, mas sendo uma política assistencial e não um direito, estava sempre sujeito ao cancelamento. Isso quer dizer que, apesar de realmente auxiliar a porção mais necessitada dos brasileiros, essa política foi implementada sozinha, sem direcionar sua atenção aos fatores que de fato causam a pobreza, como "acesso à terra, o favorecimento das classes proprietárias e detentoras da riqueza do sistema tributários, entre outros" (ibid, p. 247).

Sobre a política industrial do período de governo Lula, havia dois objetivos principais: priorizar os setores de alta tecnologia e selecionar os campeões nacionais em setores com vantagens internacionais comparativas (agronegócio, siderurgia e mineração). Fritz, Paula e Prates (2017, p.205) explicam que, para esse fim, foram criados três programas diferentes. O primeiro deles foi lançado em 2004. O programa Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior tinha o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa, através da agregação de valores à exportação com base na inovação.

O segundo programa, Política de Desenvolvimento Produtivo, de 2008, visava promover o crescimento e o investimento no mercado interno, já que o contexto econômico brasileiro era positivo para tal ação. Metas de investimento e maior

participação da exportação brasileira no comércio internacional também fizeram parte do programa.

Em 2011, com alterações no contexto mundial, o último programa industrial foi lançado. O Plano Brasil Maior objetivava a criação de capacidade voltadas para a consolidação produtiva e tecnológica das cadeias de valor. No entanto, o aumento da concorrência internacional fez o PBM mudar de direção: agora o objetivo era a defesa do mercado interno e a recuperação das condições de competitividade. Além disso, medidas compensatórias tiveram que ser adotadas para controlar o impacto sobre a produção manufatureira nacional.

Todos esses dados mencionados acima apenas corroboram o fato de que as políticas econômicas implementadas por Lula ainda eram extremamente dependentes dos mercados internacionais. Apesar da crise política que surgiu por denúncias de corrupção e escândalos de diversos ministros do Governo Lula, que foi obrigado a afastá-los dos cargos, o desempenho econômico continuou o mesmo. Afirmando Marques e Nakatani (2006, p. 253):

A suposta governabilidade foi garantida pelos polpidos pagamentos de juros e pelo aprofundamento da política favorável ao capital financeiro. Infelizmente, o Governo Lula perdeu a oportunidade de conduzir uma mudança substantiva na política econômica que propiciasse um crescimento econômico, uma redução dos compromissos financeiros e uma drástica redução das desigualdades sociais, favorecido pelas excelentes condições da economia internacional durante o seu primeiro governo.

O governo de Lula, apesar de não se auto-classificar assim, foi pautado por políticas neoliberais. Ainda que não de forma explícita, os interesses eram direcionados ao capital financeiros (demonstrado através dos números relativos ao crescimento dos bancos). As políticas adotadas não permitiram, ainda, que o Estado fosse capaz de produzir ações sociais.

O que aconteceu de fato na presidência de Lula foi um reformulamento das políticas adotadas por Fernando Henrique Cardoso, as chamadas desenvolvimentistas. Por conta do caráter mais ousado e de diferente abordagem em relação ao desenvolvimento nacional, alguns autores chamam o governo de Lula de neodesenvolvimentista, ainda que criticamente.

O neodesenvolvimentismo foi, para aqueles que mais se atraíam por ele, uma forma de desviar dos problemas do neoliberalismo e do antigo desenvolvimentismo, ou seja, uma terceira via (SAMPAIO JR, 2012, p. 679). Para o autor, esse conjunto de

políticas era uma junção dos pontos positivos do neoliberalismo e do desenvolvimentismo: "O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social." (ibid, p. 680).

A crítica a esse modelo surge do fato de que ela não se distancia muito, apesar de clamar pelo desenvolvimento nacional, do neoliberalismo. O novo desenvolvimentismo não trouxe o controle da mudança social promovido pela acumulação de capital para a sociedade nacional. O que aconteceu foi algo recorrente em países periféricos: esse tipo de controle ainda recai nas mãos de uma pequena parcela da sociedade que não tem interesse em promover mudanças significativas na estrutura do país, permitindo que mais partes da população sejam capazes de participar das escolhas.

A ausência de uma perspectiva totalizante da política econômica não permite que os defensores do novo desenvolvimentismo percebam a complexidade da teia institucional que atal de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação - dependência externa e segregação social. (SAMPAIO JR, 2012, p. 682)

Portanto, é fácil observar que o governo de Lula, apesar das promessas de mudanças significativas na vida de todos os brasileiros e não apenas dos mais ricos e influentes, não logrou de fato. Mesmo com números positivos e resultados promissores, esse período ainda foi caracterizado por forte dependência do capital externo, através dos interesses das elites brasileiras que atuavam até mesmo dentro do governo de Lula, facilitando o impedimento de políticas sociais e econômicas que de fato trariam desenvolvimento para o Brasil.

4.2.3 O Governo de Dilma Rousseff (2011-2016)

Logo no início de seu mandato, a presidenta Dilma começou seu governo introduzindo uma nova política econômica com o objetivo de promover o crescimento: a chamada Nova Matriz Macroeconômica. Alguns de seus pontos principais eram, de acordo com Fritz, Paula e Prates (2017, p. 203)

As regulações sobre os fluxos de capitais e derivativos cambiais foram ampliadas para aumentar a autonomia política e interromper a trajetória de apreciação da moeda diante da forte deterioração da competitividade do setor

manufatureiros brasileiros [...]. Os demais pilares dessa matriz foram a progressiva redução na taxa de juros básica e no superávit primário.

Além disso, através de medidas reguladoras, Dilma tentou controlar o capitalismo brasileiro cada vez mais excludente. Diferente de seu antecessor, a presidenta também desejava romper o acordo que havia entre o Partido dos Trabalhadores e o sistema bancário do Brasil. Como escreveu Costa Pinto (2016, p. 21), "[...] e avançando na estratégia desenvolvimentista [...], buscando manter elevadas taxas de crescimento do PIB com a inclusão dos segmentos mais pobres da população brasileira."

Apesar das novas medidas, o PIB não teve uma mudança significativa (em 2011, cresceu 3,9% e em 2012, 1,9%), assim como os investimentos, que cresceram 0,8% em 2012. Mesmo abaixo do esperado, esses números foram capazes de garantir a manutenção dos empregos e da renda da população (ibid, p. 23). Ainda de acordo com Costa Pinto, esses resultados podem ser explicados pelo cenário internacional instável (baixo crescimento em diversas partes do mundo), além da dificuldade em atrair investimentos privados e públicos. A consequência disso foi as baixas taxas de rentabilidade dos setores dominantes (com exceção, é claro, do segmento bancário, que foi de 20,7% em 2010 para 23,3% em 2014). Essa queda afetou profundamente a política desenvolvimentista e, para reparar esse defeito, o governo precisou aumentar as desonerações e o crédito subsidiado pelas grandes empresas (um salto de 0,2% do PIB em 2009 para 1% do PIB em 2014). As despesas primárias também aumentaram.

Diante disso, Costa Pinto (2016, p. 26) escreve:

Diante desse cenário, a frente política desenvolvimentista foi desarticulando ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma, acirrando as tensões de classe tanto no âmbito do bloco no poder quanto no ~~bloco~~ político-partidário (cena política), uma vez que as condições que ~~viram~~ nessa frente foram desfeitas. A presidenta teve de recuar em boa parte das medidas adotadas no início de seu mandato, com exceção das desonerações. A tensão na cena política e no bloco no poder aumentava a cada dia. O surgimento e a ampliação da Operação Lava Jato ampliou a pressão.

Em 2015, no entanto, alguns números mudaram. Com o relativo fracasso das políticas anteriores, o governo Dilma decidiu adotar uma postura mais ortodoxa em relação à economia. Para esse fim, era preciso implementar o ajuste fiscal. Além disso, o governo se comprometeu com um superávit fiscal primário de 1,2% do PIB

(Fritz, Paula e Prates, 2017), para reduzir os gastos públicos. Mesmo assim, o déficit e a dívida pública eram uma realidade. Os ativos do governo também sofreram uma queda, diferente do cenário de 2010 até 2014.

No ano seguinte, o ministro da Fazenda Nelson Barbosa anunciou novas medidas para 2016 (Fritz, Paula e Prates, 2017, p. 205): limites para as despesas correntes, desvincular parte da arrecadação tributária e adotar uma reforma da previdência (que não chegou a ser divulgada para o público). "Seu grande desafio era estabelecer uma estratégia de consolidação fiscal que, entre outras medidas, ~~foi~~ capaz de reverter a tendência ascendente da despesa pública que comprometeria a capacidade do Estado brasileiro de implementar políticas públicas no longo prazo (ibid). O ano de 2016 foi marcado por forte instabilidade política que impediu o governo de implementar ações econômicas até o impeachment da presidenta Dilma.

Então, como caracterizar o governo Dilma, com diferentes objetivos do governo anterior mas com resultados parecidos? Fritz, Paula e Prates (2017) descrevem esse período como social-desenvolvimentista, por conta do aumento no salário mínimo, estímulo ao crédito privado, papel ativo dos bancos públicos e políticas industriais ativas, apesar da diminuição no investimento público.

Os autores (ibid, p. 211) ainda concluem que

A avaliação das políticas adotadas no período de governos liderados pelo PT no Brasil – de 2003 até meados de 2016 – revelou que, ao usar essa ampla definição, não é possível classificar esse período como ~~desenvolvimentista~~ na medida em que as políticas macroeconômicas foram, predominantemente, ortodoxas.

Dessa maneira, é possível observar o surgimento, no Brasil, de um neodesenvolvimentismo (no Governo Lula) e de um social-desenvolvimentismo (no Governo Dilma). As mudanças nos âmbitos monetários, cambial e fiscal foram sempre irregulares e sem uma frequência aceitável, ou seja, as alterações eram feitas em curtos intervalos de tempo, o que impactava diretamente nos números e resultados da economia brasileira.

O cenário brasileiro, desde o início do mandato de Fernando Henrique Cardoso até a saída da presidenta Dilma, foi marcado por muitas instabilidades e incertezas, apesar das inúmeras tentativas de impulsionar o desenvolvimento nacional através de políticas econômicas que visavam melhorias. A questão, ainda que os 3 governantes tenham errado em alguns aspectos, é a interferência externa dos países centrais e o

fato de que eles ainda constituem importante, ainda que de uma forma não positiva, impacto no Brasil e nos demais países latino-americanos. É por essa dependência externa - seja de investimentos, capital etc. - que os países não conseguem seguir com seu desenvolvimento. A estagnação é interessante para os países desenvolvidos, que usam esses territórios como verdadeiros quintais para explorar as riquezas naturais, os trabalhadores e o próprio governo, que acredita ser um aliado importante quando nada mais é que um peão no jogo internacional. Segundo Costa Pinto (2016, p. 33),

No âmbito da reestruturação dos blocos de capitais no capitalismo brasileiro, provavelmente ocorrerá um processo de concentração e de centralização do capital, por meio de fusões e aquisições, atrelado a desnacionalização da estrutura produtiva. Cabe observar que a concentração e centralização do capital são características inerentes a acumulação capitalista. No entanto, em momentos de crise, esse fenômeno tende a se intensificar em vista das estratégias defensivas das frações do capital.

O único caminho possível para o desenvolvimento do Brasil é a libertação das amarras ainda coloniais (ou imperialistas) que prendem os países em um determinado ponto de crescimento que só é interessante para os atores hegemônicos do mundo. Esse processo se prolongará até o momento em que a dependência for extinta. Antes disso, a economia, sociedade, cultura e tecnologia de um país serão regidos pelo capital externo, que não deixa brechas para nenhum tipo de crescimento nacional, tão necessário para tirar o país do subdesenvolvimento.

5 CONCLUSÃO

O capital ainda é o motor que movimenta o mundo, como o era no período das colonizações, ainda que de forma diferentes. No entanto, até hoje, ele é apropriado pelos países ricos e influentes, usado como uma justificativa para entrar nos países periféricos e tirá-los da sua condição de subdesenvolvimentos, o que já sabemos que é uma inverdade. Na colonização, a desculpa era melhorar a condição de países que eram, em sua mentalidade, inferiores em questões econômicas, políticas e sociais, ou seja, questões de desenvolvimento. Sem se importar se determinada sociedade funcionava de maneira positiva, as metrópoles os subjugaram com violência e imposição, o que tornou os países latinoamericanos colônias de exploração.

Após a independência formal desses países, parecia promissor que o desenvolvimento da região finalmente pudesse crescer. No entanto, justamente por causa da forte colonização, a América Latina não foi capaz de deixar a dependência em seu passado, permanecendo, então, nessa condição. A desculpa dos países hegemônicos foi parecida com a primeira mas, dessa vez, havia a ilusão de que os países da América Latina teriam muito mais controle sobre seus próprios países, o que também se mostrou uma inverdade. O imperialismo se mostrou cada vez mais forte a partir do término da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos passaram a ser a grande potência do planeta, subjugando os países mais fracos.

Durante este trabalho, foi demonstrado que o capitalismo teve uma forte influência sobre essa condição de dependência, sendo o capital o meio pelo qual o Norte foi capaz de adentrar nos países periféricos. Dessa maneira, foi possível ampliar o escopo de dominação, começando pela financeira, até a tecnológica, política social e até mesmo cultural. Todas essas faces demonstram que a dependência não é apenas extremamente complexa, mas também tem um grau de dificuldade considerável de romper com os vínculos dessa condição.

A partir do século XX, o capitalismo começou a sofrer fortes crises, demonstradas pelos momentos de tensão econômica. Com um crescimento sem precedentes, esse modelo econômico não é mais capaz de se sustentar em um mundo que começa a ruir - tanto na parte do meio-ambiente, como de relações sociais e de trabalho cada vez mais tóxicas e com objetivos inatingíveis de produtividade. Sem ter para onde crescer, o capitalismo começa a mostrar sinais de desgaste. Um motivo importante para esse acontecimento é o fenômeno da globalização, que pode

ser resumido em poucas palavras como o compartilhamento mundial entre países (culturas, economias, pessoas etc). Ainda que tenha uma sinopse positiva, a globalização é regida pelo capital, como tantos outros aspectos do mundo atual. É possível observar que a globalização também é usada como justificativa para melhorar a condição dos países subdesenvolvidos, quando na verdade apenas o mantém nessa condição para benefícios próprios, ou para benefícios dos países centrais.

Por fim, este trabalho também teve o objetivo de mostrar que a única possibilidade de desenvolvimento para a região da América Latina é, de fato, sua completa emancipação. Apenas assim, os países latinoamericanos conhecerão o desenvolvimento da maneira que merecem, sem interferências externas que o impeçam de crescer. Sem a imposição do capitalismo, a América Latina tem uma verdadeira chance de aprender como sua economia, sociedade e sua capacidade de crescimento funcionam. Sem o imperialismo, será possível observar que a região é capaz de andar com as próprias pernas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Crise Do Capitalismo: Questões Internacionais E Nacionais**. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BENAYON, A. **Globalização versus Desenvolvimento**. Brasília: LGE Editora, 1998.
- BORJA, B. Celso Furtado e a cultura da dependência. **OIKOS**, v. 8, n. 2, p. 247–262, 2009.
- CAPUTO LEIVA, O. **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio De Janeiro: Editora Puc Rio, 2009. p. 135–163
- CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor P. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CAROLINO PIRES, O. Nações e desenvolvimento na América Latina. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, p. 60–77, 2013.
- CASIELLES-SUÁREZ, E. Spanglish: the Hybrid Voice of Latinos in the United States. **Atlantis: Journal of the Spanish Association for Anglo-American Studies**, v. 39, n. 02, p. 147–168, 20 dez. 2017.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura, Consequências**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287205252_A_Segunda_Guerra_Mundial_Causas_Estrutura_Consequencias.
- COGGIOLA, O. **O Poder e a Glória: Crescimento e Crise no Capitalismo de Pós-Guerra (1945-200)**. Porto Alegre: Pradense, 2010.
- DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- ESTEVE VASCONCELLOS, C. M. **Globalização: Um Processo Irrefreável e Irreversível da Dinâmica de Reprodução do Capital no Final do Século XX**, 2020.
- EVANGELISTA DUARTE, P. H.; GRACIOLLI, E. J. **A Teoria Da Dependência: Interpretações Sobre O (sub)desenvolvimento Na América Latina. 5º Colóquio Nacional Marx-Engels**, 2007.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente E Classes Sociais Na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- GALEANO, E. **As veias abertas da America Latina**. Porto Alegre (Rs): L & Pm Pocket, 2010.
- GUNDER FRANK, A. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

LORENZONI ALMEIDA, A. **McLuhan e o Fim da Identidade Privada na Aldeia Global**. I Congresso Internacional de Língua, Literatura e Cultura, v. único, 2006.

LUCE, Mathias S. **Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACÍAS VÁZQUEZ, A. Andre Gunder Frank: **Tecnología, dependencia e subdesarrollo**, 2010.

MARINI, R. M.; SADER, E. **Dialetica da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. **O Governo Lula: Estagnação E Aprofundamento Da Subordinação Financeira**. p. 241–255, 2006.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, v. 21, n. spe, p. 909–941, dez. 2012.

PRATES, D. M.; FRITZ, B.; DE PAULA, L. F. **Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 12, n. 21, p. 187–215, 2017.

QUIJANO, A. **Redefinição de la dependencia y marginalización en América Latina**. [s.l.] Santiago De Chile, Centro De Estudios Socio-Económicos, Facultad De Ciencias Económicas, Universidad De Chile, 1970.

ROMANOVA, Z. **A Expansão Econômica dos Estados Unidos na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RUBTCOVA, M. V.; PAVENKOV, O. V. “Spanglish” as a Phenomenon of Language Intercultural Communication. **ARSSS - International Conference on Business Management and Social Innovation (ICBMSI)**. Kuala Lumpur, Kuala Lumpur, Malaysia, 2019-08-17, 2019.

SAMPAIO JR., P. DE A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672–688, dez. 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio De Janeiro: Editora Record, 2001.

SAWAYA, R. **Subordinação consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. São Paulo, Brasil: Fapesp, 2006.

SILVA DE SOUZA, G. C.; SOARES CORDEIRO LOPES, J.; DEVES DULLIUS, J. **O Pragmatismo Brasileiro Perante O Conflito Árabe-Israelense**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/viewFile/80981/49882>>.

WASSERMAN, C. **A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações**. Disponível em:

<https://professor.ufrgs.br/claudiawasserman/files/a_primeira_fase_da_historiografia_latino-americana_e_a_construcao_da_identidade_das_novas_nacoes.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2021.

WASSERMAN, C.; BISSO SCHMIDT, B. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Editora Da Universidade, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2003.